



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ISADORA FREITAS BAÍA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO NO LITORAL DO MUNICÍPIO DE
TAMANDARÉ/PE**

Recife

2016

ISADORA FREITAS BAÍA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO NO LITORAL DO MUNICÍPIO DE
TAMANDARÉ/PE**

Trabalho apresentado ao curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Pernambuco como requisito
para a conclusão do curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Pereira de
Araujo

Recife

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, meu alicerce, a pessoa mais importante da minha vida, fundamental para eu ter me tornado quem eu sou como ser humano e profissional.

Ao meu padrasto, que se mostrou um verdadeiro pai, sempre me incentivando e dando suporte logístico para minhas obrigações com a faculdade e estágio.

Às minhas irmãs, por todo o apoio e cuidado ao longo da vida, sempre me estimulando e ajudando nos momentos difíceis.

Aos amigos do curso e da vida, pela compreensão com as ausências e abdições e pela parceria nas vastas semanas de projeto.

Ao meu marido Magno e minha filha de coração Luana, por todo o amor e estímulo, principalmente nos momentos de fraqueza, nunca permitindo que eu desmoronasse.

À minha orientadora Cristina, pela paciência, confiança e sinceridade e por seus ensinamentos ao longo de todo o curso e desse trabalho de graduação.

RESUMO

O estudo aqui apresentado tem como objetivo ressaltar a relação entre turismo e urbanização, a partir da análise da produção do espaço ocasionada pela expansão da atividade turística no litoral do município de Tamandaré/PE, localizadas no Litoral Sul de Pernambuco, a fim de identificar a lógica que ocorre nessa forma de urbanização e suas respectivas consequências. Discorre de uma análise sob o ponto de vista do crescimento do turismo e de sua utilização como indutor do desenvolvimento urbano a nível local/regional, além de demonstrar a sua capacidade modificadora da morfologia dos lugares em que se apropria. O litoral Sul de Pernambuco, assim como as demais áreas costeiras do país, é palco do crescimento de forma bastante intensa do turismo de sol e mar, ocasionando dessa forma, uma rápida modificação em suas características ambientais, urbanas, sociais e econômicas. A faixa litorânea do município de Tamandaré ainda apresenta uma grande reserva de paisagem natural, fruto de uma forte participação popular na defesa do meio ambiente que acaba retardando as pressões dos agentes imobiliários e dos demais agentes indutores da atividade turística.

Palavras-chave: Turismo, Produção do espaço, Tamandaré.

ABSTRACT

The study presented here has as a goal to enlighten the relation between tourism and urbanization through the analysis of space production resulted by the expansion of touristic activities in the South Coast of Pernambuco, in Tamandaré county, in order to identify the rationale in this type of urbanization and its consequences. It is a result of an analysis based on the approach of the tourism growth and its use as a catalyst of urban development on both local and regional level, besides demonstrating its capacities to modify the morphology in the areas where it takes place. The south Coast of Pernambuco, as all the coast areas in the country, has been the scene of intense growth of "Sun and beach" tourism, resulting in rapid changes in its environmental, urban, social and economic characteristics. In Tamandaré's coast still remains a large natural preserved area as a result of popular mobilization, which inhibited real-estate and tourism agents' pressures. Many research methods were used to reach a final analysis.

Key-Words: Tourism, Space production, Tamandaré.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Segundas residências.....	34
Figura 02: Segundas residências.....	35
Figura 03: Flat do Golfinho.....	36
Figura 04: Praia dos Carneiros Flat Hotel.....	37
Figura 05: Praia dos Carneiros Flat Hotel.....	37
Figura 06: Divinos Flat.....	37
Figura 07: Divinos Flat.....	37
Figura 08: Baía Branca Beach Resort.....	41
Figura 09: Coral Beach Resort.....	42
Figura 10: Masterplan Eco Resort Praia dos Carneiros.....	43
Figura 11: Flat Club Meridional.....	43
Figura 12: Carneiros Beach Resort.....	43
Figura 13: Polos turísticos definidos pelo PRODETUR/NE II.....	55
Figura 14: Polo Costa dos Arrecifes/PE.....	56
Figura 15: Imagem esquemática da conexão entre a Via de Penetração Sul.....	64
Figura 16: Ponte sobre o rio Ariquindá.....	65
Figura 17: Forte Santo Inácio de Loyola em obras de requalificação.....	66
Figura 18: Via litorânea dos Carneiros.....	67
Figura 19: Via de Contorno de Tamandaré.....	68
Figura 20: Divisão territorial dos municípios da Mata Sul de Pernambuco.....	69
Figura 21: Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco.....	71
Figura 22: Principais vias de acesso ao município de Tamandaré.....	72
Figura 23: Localização das principais construções históricas.....	73
Figura 24: Forte de Santo Inácio de Loyola mostrando suas características originais.....	73

Figura 25: Forte de Santo Inácio de Loyola após processos de reformas.....	73
Figura 26: Igreja de São José de Botas em 1960.....	74
Figura 27: Igreja de São José de Botas em 2016.....	74
Figura 28: Igreja de São Pedro.....	74
Figura 29: Lazareto de Tamandaré.....	75
Figura 30: Área da CEPENE em 1983.....	76
Figura 31: Área da CEPENE em 1998.....	76
Figura 32: Igreja de São Benedito.....	76
Figura 33: Barcos de pescadores.....	77
Figura 34: Barcos de pescadores.....	77
Figura 35: Localização dos loteamentos no município de Tamandaré.....	79
Figura 36: Loteamento Estrela do Mar.....	80
Figura 37: Bairro do Oitizeiro.....	80
Figura 38: Localização das Marinas das Campas e dos Carneiros.....	82
Figura 39: Foto da Marina das Campas.....	83
Figura 40: Marina dos Carneiros.....	83
Figura 41: Localização da Avenida José Bezerra Sobrinho e a Avenida Leopoldo Lins.....	84
Figura 42: Avenida José Bezerra Sobrinho.....	84
Figura 43: Avenida José Bezerra Sobrinho.....	84
Figura 44: Avenida Leopoldo Lins.....	85
Figura 45: Localização da Zona de Uso Hoteleiro.....	88
Figura 46: Demarcação das vias de acesso na Praia dos Carneiros.....	94
Figura 47: Primeiro acesso público à praia.....	95
Figura 48: Segundo acesso público à praia.....	95
Figura 49: Terceiro acesso público à praia.....	95

Figura 50: Barreiras físicas no meio dos acessos existentes.....	95
Figura 51: Segundas residências construídas à beira-mar.....	97
Figura 52: Entrada do Condomínio Village Praia dos Carneiros I.....	97
Figura 53: Placas que sinalizam a proibição de entradas não autorizadas.....	97
Figura 54: Acesso ao Eco Resort Praia dos Carneiros.....	98
Figura 55: portão de entrada para outra propriedade privada.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Percentual dos valores aplicados por estado no PRODETUR/NE I.....	52
Gráfico 02: Percentual dos valores aplicados por estado no PRODETUR/NE II.....	54

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Meios de hospedagem no litoral do Estado de Pernambuco.....	44
Mapa 02: Uso e Ocupação do solo por loteamento na Praia dos Carneiros.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição das segundas residências, por estados litorâneos, nos anos 2000 e 2010.....	33
Tabela 02: Levantamento das pousadas existentes em Tamandaré/PE.....	39
Tabela 03: Relação dos objetivos específicos do PRODETUR/NE I e II.....	51
Tabela 04: Investimentos durante a fase do PRODETUR/NE I.....	52
Tabela 05: Investimentos durante a fase do PRODETUR/NE II.....	53
Tabela 06: Relação da população residente em áreas rurais e urbanas entre as décadas de 1950 a 2010.....	78
Tabela 07: Zonas definidas pela APA de Guadalupe.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis

APA – Área de Proteção Ambiental

BNB – Banco do Nordeste

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Cadastur - Sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo

CNTur - Conselho Nacional do Turismo

COMDEMA - Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CT – Centro Turístico

CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

CEPENE - Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira

CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente E Recursos Hídricos

COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo

ETI - Empreendimento turístico imobiliário

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo

FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MTur - Ministério do Turismo

PLANTUR - Plano Nacional de Turismo

PNT – Política Nacional do Turismo

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PNC - Programa Nordeste Competitivo

PNMFT - Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré

PRODETUR/NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

RMR – Região Metropolitana do Recife

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RD – Região de desenvolvimento

RMR – Região Metropolitana do Recife

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SBCMh - Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TAC - Termo de Ajustamento de Condutas

TJPE – Tribunal de Justiça de Pernambuco

UEE - Unidade Executora Estadual

ZH – Zona Hoteleira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TURISMO	18
1.1. O espaço miltoniano	18
1.2. Relação entre turismo e produção do espaço	27
1.2.1. Um breve histórico	27
1.2.2. O turismo como produtor do espaço	28
1.2.3. Meios de hospedagem	31
1.2.3.1. Segundas residências	31
1.2.3.2. <i>Flats</i> /Apart-hotel	35
1.2.3.3. Pousadas	37
1.2.3.4. Hotéis	39
1.2.3.5. <i>Resorts</i>	40
1.2.3.6. Empreendimentos turísticos imobiliários	41
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO BRASIL.....	45
2.1. Panorama nacional	45
2.1. O papel do PRODETUR/NE na dinamização do turismo	49
2.3. O PRODETUR/NE no Estado de Pernambuco.....	55
2.3.1. Reflexos do PRODETUR/NE II no município de Tamandaré/PE	62
3. DESDOBRAMENTOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ/PE	70
3.1. Localização e acessibilidade.....	70
3.2. Do Porto do turismo	72
3.2.1. Uso e ocupação do solo da Praia dos Carneiros.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
---	------------

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a transformação do litoral do município de Tamandaré, em Pernambuco, com o advento da atividade turística, levando em consideração o seu processo de ocupação, as políticas públicas de incentivo e os atores envolvidos nesse processo. A área foi escolhida por eu possuir uma forte relação com a mesma, visto que pude vivenciá-la durante as décadas de 1990 a 2010, onde acompanhei de perto esse processo de transformação espacial e social vivido pelo município.

A atividade turística influencia as relações que se desenrolam sobre o território e modifica os sistemas de objetos preexistentes neles, fato que vem ocorrendo principalmente nos Estados costeiros do país. O turismo pode produzir e reproduzir espaços, e nesse processo por muitas vezes acaba destruindo identidades, mudando as funções desses espaços por agir no território das mais variadas formas. São fatores como esses que impulsionaram a escolha do tema, pois demonstram a necessidade de estudá-lo para entender como o mesmo age nas áreas que escolhe para se apropriar.

A realização deste estudo necessitou de um entendimento acerca das definições de Milton Santos, em seu livro “A Natureza dos Espaços” sobre produção do espaço, que serviram para nortear a análise da produção do espaço na faixa litorânea de Tamandaré. Além dele, outros autores que escreveram sobre a dinâmica da atividade turística também foram referenciados no trabalho.

O primeiro capítulo tem a intenção de analisar as discussões e contribuições do geógrafo Milton Santos sobre o conceito de espaço, com objetivo de aprofundar a análise crítica sobre o mesmo, visto que, ainda é comum o espaço ser entendido como vazio, estático e sem articulação. Ainda nessa parte do trabalho, estão explicitados os parâmetros definidos por Santos, como verticalidades, horizontalidades, áreas opacas e luminosas, dentre outros, que ao longo do capítulo estarão sendo explicados e, posteriormente, serão usados como base para análise da área escolhida. Além disso, também discorro nessa etapa do trabalho sobre como o turismo age como produtor

do espaço tanto em um contexto histórico mais amplo e trazendo-o para a realidade de Tamandaré.

Já no segundo capítulo o turismo foi relacionando com as políticas públicas de incentivo à atividade, tanto em um contexto mais generalizado, com as políticas públicas nacionais, como também foi dado um enfoque às políticas públicas voltadas para a região Nordeste, no qual destaca-se o PRODETUR-NE. Além disso, os atores sociais envolvidos também foram abordados, mostrando os reflexos dessas ações no território de Pernambuco e também mais especificamente em Tamandaré.

O terceiro capítulo refere-se ao processo de transformação de Tamandaré, que passou de uma área tradicionalmente caracterizada pela economia canavieira para um dos principais polos turísticos do Estado de Pernambuco. Para isso, foi feita uma análise desse processo de urbanização turística de Tamandaré, de como se transformou em destino turístico, resgatando-se a história do município desde o período que antecedeu a expansão urbana, até sua descoberta pelo turismo, no início da década de 1970, quando, a partir de então, intensifica-se a preocupação em se criar uma infraestrutura para o desenvolvimento do turismo.

A partir da discussão teórica sobre a acelerada ocupação da área litorânea de Tamandaré pelo turismo, com ênfase nos impactos produzidos ao longo do processo evolutivo deste local, percebe-se a necessidade de estudos contínuos, como meio de acompanhar a dinamicidade da função turística e seus efeitos, bem como discutir estrategicamente as consequências espaciais do mesmo.

Dessa forma, a análise desse processo de transformação de Tamandaré em destino turístico a partir da análise da produção do espaço, busca auxiliar na elaboração de cenários antecipatórios de problemas, na esfera da sustentabilidade, do desenvolvimento turístico, e com isso, contribuir para o planejamento em suas diversas escalas, a fim de promover não só um crescimento econômico, mas também o social.

1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO E TURISMO

Esse capítulo tem como objetivo analisar as discussões sobre o conceito de espaço e sua produção pela prática da atividade turística tendo como referencial principal a obra de Milton Santos, “A Natureza do espaço”.

O entendimento acerca do conceito de espaço se faz necessário por estimular o debate e a análise crítica acerca da produção do espaço propriamente dito. Visto que, ainda é comum o entendimento do espaço como vazio, estático e sem articulação. As profundas transformações ocorridas no período de globalização também trouxeram novas dinâmicas fazendo necessário atualizar ou até mesmo rever os conceitos. Neste sentido, foi fundamental o papel intelectual desempenhado pelo geógrafo Milton Santos na definição do conceito de espaço em um mundo em movimento contínuo, onde a técnica e a informação desempenham função chave.

Milton Santos em suas pesquisas mostrou a preocupação em compreender e analisar as transformações socioespaciais, argumentando principalmente que devido o espaço possuir uma multiplicidade de sentidos se fazia necessário estabelecimento de uma definição conceitual para que pudesse dar embasamento teórico a todas as áreas do conhecimento. Compreender o conceito de espaço em sua profundidade, possibilita um melhor entendimento sobre o mundo contemporâneo.

1.1. O espaço miltoniano

Henri Lefèbvre foi o responsável pela introdução da ideia de “produção do espaço”, despertando até então pouco interesse pois a problemática acerca do assunto não permeava os debates teóricos (Lefèbvre,1960 *apud* Cruz,2007), defendia a ideia de que produzir o espaço era o ato de viver, basicamente, integrando as categorias de cidade e espaço em uma única teoria social. Porém, os processos de urbanização e globalização do mundo pós-moderno acarretaram na formação de novas configurações espaço-temporais, tornando-se necessária a elaboração de novos conceitos de espaço correspondentes às condições sociais modernas.

Milton Santos reitera a concepção sobre a produção do espaço de Henri Lefèbvre, afirmando que “não há produção que não seja produção do espaço, não há produção

do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço” (Santos, 1994 *apud* Cruz, 2007), porém, aponta para o fato de que a produção do espaço além de um produto social é também um produto histórico e obviamente, físico. Santos propõe que o espaço seja definido como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1996, p.63). Através dessa sistematização acreditava que seria possível construir um quadro analítico único que superaria as ambiguidades acerca de seu conceito até então existentes.

Nos primórdios da humanidade, a natureza era selvagem, sendo formada por objetos naturais e que com o passar do tempo foram sendo substituídos por objetos técnicos, mecanizados, fazendo com que a natureza artificial funcionasse como um aparelho de produção do espaço. A valorização da questão do tempo e sua estreita relação com o espaço, embora com naturezas diferentes, estão sempre interagindo e se completando.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma. (Santos, 1996, p.63).

O **espaço** pode ser entendido como a coexistência das formas herdadas (que possuíam outra funcionalidade), reestabelecidas sob uma nova organização com novas formas. A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca diretamente o espaço tanto em sua forma como na sua função. E é justamente esta compreensão que permite a concepção de tempo-espaço como indissociáveis nos permitindo uma reflexão do espaço como coexistência de tempos. Em um mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultado da inserção desses diferentes lugares no processo mundial de globalização.

“ (...) reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos”. (Santos, 2005 *apud* Cassab, 2008, p. 4).

A necessidade de entender o espaço como **totalidade** extingue a ideia de sua decomposição em partes (o homem, o meio ecológico, as infraestruturas), compreendendo-o como um sistema indissociável entre objetos, construções e ações que propiciam sua definição como um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos permitem ações que modificam o próprio lugar (estradas, pontes, construções, barragens), os fluxos são os movimentos condicionados pelas ações humanas e é a interação entre esses fixos e os fluxos que constroem e reconstroem o espaço, formando assim uma relação simbiótica.

A **paisagem** pode ser considerada como o conjunto de elementos naturais e artificiais, retirando a presença da sociedade, porém a sua dinâmica se dá mais pela ação da sociedade exprimindo assim as relações entre o homem e a natureza ao longo dos tempos, juntando objetos passados e presentes. Já o espaço, também é um conjunto de elementos naturais e artificiais, porém, se distingue da paisagem por resultar da introdução das ações humanas nessas formas ali existentes, mudando suas funções, significações e valores. Pode-se considerar então a paisagem como um sistema material e o espaço como um sistema de valores em constante transformação, pois, a paisagem existe através de suas formas, com a união de diferentes tempos históricos e no espaço essas formas são acatadas levando em consideração as necessidades atuais (Santos, 1996, p. 103).

Há uma inseparabilidade entre os objetos e as ações, visto que o espaço está em constante produção e reprodução levando a uma repetitiva interação das “formas-conteúdo” ali presentes, assim os lugares se criam, se recriam e se renovam (Santos, 1996, p. 109).

A ideia de “**totalidade**” exposta por Santos (1996) torna possível compreender o movimento dessas “formas-conteúdo”, exaltando a importância da necessidade do espaço em ser estudado não apenas na sua forma, mas também na sua estrutura, no seu processo e na sua função. A **totalidade** pode ser considerada como um conjunto de todas as coisas e de todos os seres humanos, sendo então o espaço inerente a ela. Já o espaço, reproduz as transformações determinadas por necessidades sociais,

econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se no interior da totalidade influenciando também a evolução de outras estruturas (Santos, 1996, p.116).

A decomposição do espaço em partes (o homem, o meio ecológico, as instituições, as firmas, as infraestruturas) vistas e analisadas separadamente, não explicam a totalidade do espaço, porém, entender o espaço como totalidade só se torna possível a partir do reconhecimento e análise das suas partes. Sendo, portanto, a totalidade a junção dessas visões parciais, se tornando mais complexo na medida em que o processo histórico avança.

Para compreender o espaço como totalidade, fez-se necessário a divisão do espaço em quatro categorias de análise: forma, função, processo e estrutura. A **forma** é entendida como aparência, o aspecto visível, exterior de um objeto e suas disposições; são os elementos sensíveis, localizados em determinados lugares (como uma fábrica, uma casa, barragens, estradas, plantações). As formas, são criadas com uma intenção, uma finalidade, para atender determinados objetivos, desempenhando assim uma **função** no espaço onde esses objetos estão sendo inseridos. Por serem criadas e transformadas em diferentes épocas, as formas (ou objetos) fazem com que o espaço ganhe “vida” e viva um eterno processo de formação e transformação. A **estrutura** está relacionada com esse processo e leva em consideração não só com o modo como os objetos estão dispostos espacialmente, mas a maneira como estão inter-relacionados. As formas de um determinado momento do passado podem perder sua função original e passar a ter outra função no espaço, assim os lugares se criam e se recriam a cada movimento da sociedade.

O espaço é indissociável do tempo, pois permite a identificação do que é novo no processo e possibilita ações transformadoras mais conscientes. Quando um novo momento chega para substituir outro, ele encontra no espaço formas preexistentes às quais ele deve se adaptar para poder se estabelecer, fornecendo então as condições para a realização de novos modos de produção sem abrir mão do que ali já existia. Esses objetos do passado que permanecem ao longo do processo histórico, se relacionando com os novos objetos são denominados de rugosidades.

“Chamemos rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. [...] nos trazem os restos de divisões do trabalho [...] os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho”

(Santos, 1996, p.140)

As ***rugosidades*** demonstram que dentro de um mesmo espaço podem conviver diferentes técnicas, provenientes de épocas distintas, sem que uma exclua a outra. Algumas técnicas conseguem se adaptar às inovações, outras não, e dessa forma, o espaço vai sendo constituído favorecendo o entendimento do modo como convivem essas diferentes técnicas e das possíveis formas de vida (Santos, 1996, p. 140).

No Brasil onde se observa uma forte ação do mercado imobiliário, é possível ver a sobreposição de novas técnicas em relação às mais antigas levando a sociedade a mudanças muito bruscas. Com essa rápida mudança no espaço, Santos (1996) propõe uma pragmatização e periodização do tempo, tornando-o “material” e associando-o à técnica (trabalho humano), pois, como o espaço estabelece sua forma a partir de objetos técnicos, então a técnica seria concretização do tempo. As técnicas estão concatenadas com planejamentos e ações exercidas pelo homem a partir de seus interesses, ou seja, o homem planeja seu espaço.

A rápida evolução nos processos de produção, reprodução e transformação do espaço ocasionou e ainda ocasiona constantes transformações do meio geográfico, o que provoca a necessidade de uma constante reavaliação das técnicas utilizadas, pois, é a maneira como essas técnicas são aplicadas nos lugares que irá afetar diretamente a estabilidade desses espaços, podendo torná-los até mesmo inabitáveis. As relações entre sociedade e natureza são tidas a partir dos lugares habitados por essa sociedade e da respectiva substituição a partir de seus interesses do meio natural por um meio cada vez mais artificial (instrumentalizado). Sendo assim, para melhor entendimento dessa relação espaço-tempo-técnica, a periodização do meio geográfico em três etapas (meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional) foi fundamental para entender melhor como se deu apropriação do espaço a partir das atividades humanas (Santos, 1996, p.233).

O **meio natural** retrata ao momento em que o emprego das técnicas ainda era subordinada à natureza, onde o homem usufruía do espaço sem proporcionar transformações significativas no mesmo. As ações do homem sobre o meio ainda prezavam uma consonância e preservação da natureza. Esse período foi considerado por alguns autores como um período “pré-técnico”, já que espaço e técnica estão diretamente relacionados.

“[...] o estado do trabalho não determina diretamente um tipo de sociedade, mas antes um modo particular de constituição da natureza. Não existe natureza em si, que o homem moldaria por meio de seus utensílios e, depois, suas máquinas. A natureza é um modelo de conhecimento, e cada estado da natureza substitui o precedente à medida que aumenta a ação do conhecimento sobre a matéria.”

(Busino,1991, p.73 *apud* Santos, 1996, p.234)

Porém, às transformações das coisas naturais a partir da ação humana (como a domesticação das plantas e dos animais) poderia ser considerada como técnica, já que o homem estava ali, mudando o meio natural. Esses sistemas técnicos, contudo, não eram agressivos à natureza, pois, não tinham existência autônoma já que seu funcionamento consistia em uma relação simbiótica com ela (Santos, 1996, p.235).

“Os meios naturais são, desde as origens da pré-história e, por definição, meios *relativamente técnicos*: *Homo faber*. A partir do Paleolítico superior, os trabalhos do homem para defende-se, alimentar-se, alojar-se, vestir-se, decorar seus abrigos ou seus lugares de culto implicam técnicas já complexas. Inversamente, não conhecemos, mesmo nos centros mais urbanizados, meio técnico ‘puro’, do qual esteja excluída qualquer ação de elementos naturais [...]”

(G. Friedmann,1966, p.186 *apud* Santos,1996, p.235)

O **meio técnico** representa a ascendência do espaço mecanizado através da introdução de objetos técnicos em sobreposição aos objetos culturais e naturais e sistemas que acarretaram na incorporação das tecnologias no meio produtivo. Os espaços passam a se diferir em virtude da extensão e da densidade da modificação dos objetos naturais e culturais, por objetos técnicos, contudo, eram poucos os países e regiões em que o progresso técnico podia instalar-se.

A primeira Revolução Industrial foi um marco nesse processo, mesmo já existindo algumas técnicas mecanizadas agindo sobre o espaço. Foi nesse momento em que a divisão internacional do trabalho acentuou-se tal e qual a subordinação das atividades humanas sobre o uso de maquinários e instrumentos. Além disso, foi nesse período onde os problemas ambientais gerados pelas atividades mecanizadas começaram a ser notados de maneira ainda muito sutil (Santos, 1996, p.236).

“A mecanização do espaço técnico é muito mais recente do que a ‘mecanização da imagem do mundo’ [...] Ela somente se impôs ao longo dos dois últimos séculos, dos quais ela constitui o traço dominante, nos países ocidentais e no Japão. Ela se tornou um fenômeno planetário. Ela se metamorfoseia de ‘geração’ em ‘geração’. Ela povoa o imaginário coletivo: a ciência –ficção somente imagina o futuro como sendo invadido e saturado por máquinas, às vezes dominado e às vezes aniquilado.”

(J.P. Sérís, 1994, p. 154 *apud* Santos, 1996, p.235)

O terceiro e “último” período que se iniciou logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e foi denominado inicialmente como período técnico-científico. Porém, é na década de 70, após a Terceira Revolução Industrial ou Revolução Científica Informacional que o **meio técnico-científico-informacional** ganha forças (Santos, 1996, p. 238).

Esse período é marcado por uma nova etapa nos modos de produção, relacionada à incorporação de uma grande quantidade de tecnologia e informação (informática, robótica, telecomunicação, novos materiais, etc.). Se distingue dos períodos antecedentes pela intensa relação entre a ciência e a técnica, tendo no mercado o amparo necessário para que essa interação acontecesse. Mercado este, que acaba ganhando uma abrangência global e que graças aos avanços tecnológicos se tornou um dos principais combustíveis para o desenvolvimento do capitalismo moderno e especialmente do processo de globalização (Santos, 1996, p.175).

É esse período que representa a atual etapa em que as sociedades vivem, onde o sistema capitalista de produção e transformação do espaço se encontram. No entanto, a atuação desse sistema (ciência, técnica e informação) não se distribui de maneira igualitária no mundo, estabelecendo dessa forma novas desigualdades. Santos definiu como parte dessas desigualdades as **áreas luminosas** (de densidade maior) e **áreas opacas** (com menor densidade) onde essas **áreas luminosas** são controladas

guiadas a partir de grupos hegemônicos através do incentivo à investimentos em ciência e tecnologia garantindo a fluidez e rapidez para a circulação de capital, serviços e mercadorias. Já nas **áreas opacas** essa a ação acontece de maneira muito sutil, tornado os fluxos muito menos intensos (Santos, 1996, p.308).

A técnica mostra o poder de sua força modificadora do espaço como nunca antes visto a partir da aplicação de tecnologias de ponta, o que desencadeia uma transformação espacial em um curto espaço de tempo, produzindo um espaço cada vez mais dinâmico e funcional e objetos cada vez mais eficazes.

Esse desenvolvimento tecnológico informacional permitiu acelerar o processo de substituição dos fluxos de matéria por fluxos de informação, responsáveis pelas novas dinâmicas urbanas do espaço. São os sistemas de redes os responsáveis pela irradiação dessas inovações tecnológicas pelo mundo, podendo ser entendidas como o aglomerado de espaços da superfície terrestre, interligados entre si através de conexões que podem ser materiais, digitais e/ou culturais, além do fluxo de informações, conhecimentos, valores (fixos e fluxos), etc. (Santos, 1996, p.262)

O processo de globalização foi fundamental para que as redes ganhassem uma abrangência no espaço a nível mundial. Todavia, a maneira como essas redes foram e são difundidas até os dias atuais dependem diretamente de pessoas que dispõe do poder econômico e/ou político. Dessa forma, quem possui mais recursos ou poder possui também uma maior possibilidade de usufruir delas.

“ (...) toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. ”

(N.Curien. Séris, 1988, p. 212 *apud* Santos, 1996, p.262)

As redes são frutos da contemporaneidade das técnicas e explicitam de forma clara a interação e intenção das **verticalidades** e **horizontalidades**. As **verticalidades** podem ser entendidas como os processos que ocorrem em escala mundial (industrialização, fluxo de capitais, etc.) e atendem basicamente aos interesses dos grupos hegemônicos que, em sua maioria, são exógenos ao território onde estão

agindo. Dessa forma, esses grupos submetem os espaços a seus interesses, impondo uma cultura espacial global sem que haja participação dos atores locais, sendo então decisivos na formação, modificação e/ou transformação dos diferentes espaços do mundo (Santos, 1996, p. 284).

“Tomada em consideração determinada área, o espaço de fluxos tem o papel de integração com níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. Tal integração, todavia, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes.

Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais.”

(Santos, 2000, p. 52)

Já as **horizontalidades**, são os processos que ocorrem no espaço cotidiano manifestadas por ações locais e que não possuem relação ou interesse em servir à lógica vertical. Elas expressam basicamente a liberdade da sociedade diante das ações dos grupos hegemônicos, o que vai desencadear um embate de ideias e interesses, resultando em reivindicações sobre o uso e a interferência no espaço comum.

O enraizamento cada vez maior da globalização na atualidade aumenta o conflito existente entre **verticalidades** e **horizontalidades** o que gera uma rivalidade ainda maior entre os âmbitos global e local (mundo e o lugar). Muitas vezes as ações tomadas em um determinado lugar são oriundas de longe, ocasionando um grande incômodo e estranhamento para quem vive o lugar. Essas ações exercidas pelos atores hegemônicos são apoiadas no ideário tendencioso e fictício de um mundo global, ao alcance de todos quando na verdade o único objetivo é o beneficiamento próprio em detrimento dos interesses e necessidades da maior parte da população mundial, trazendo como consequências para essa população, problemas em diversos âmbitos (saúde, educação, habitação, qualidade de vida, etc.) (Santos, 1996, p.288).

A evolução dos meios de comunicação (computador, internet) e o acesso cada vez maior dos mesmos pela população, se torna um instrumento importante no processo de transformação da sociedade, pois, favorecem o rompimento da hegemonia dos canais de comunicação até então controlados por grupos a serviço de interesses de uma minoria, permitindo, dessa forma, possibilidades de transformação social.

1.2. Relação entre turismo e produção do espaço

A relação entre turismo e produção do espaço tem se manifestado cada vez mais intensamente, uma vez que esta atividade vem ganhando maior representatividade nos últimos anos, principalmente a partir dos incentivos fornecidos através das políticas públicas voltadas ao setor além da forte presença do capital de grandes grupos hegemônicos, acarretando na crescente participação do turismo na economia capitalista. Partindo dessa perspectiva, analisaremos a seguir a inserção e o desenvolvimento da atividade turística no espaço.

1.2.1. Um breve histórico

As primeiras viagens que originaram o turismo aparecem durante os séculos XV e XVI e eram organizadas pelos religiosos que, já nessa época, possuíam redes de hospedarias para dar suporte aos viajantes (peregrinos) (Araujo, 2016). A partir daí o desenvolvimento de infraestruturas voltadas para o turismo aconteceu motivados por diferentes razões, mas sempre com o objetivo de dar suporte a essa atividade.

Segundo Eufrásio (*apud* Pinheiro, 2009), Walter Christaller em 1955 pôde resumir um pouco da atividade turística a partir de uma periodização da atividade, dividindo então o fenômeno em cinco períodos basicamente.

“O primeiro período começou em torno de 1790 com a prosperidade da burguesia depois da Revolução Francesa, foi até 1840, com o início dos meios de transporte de massa representados pelo navio a vapor e as ferrovias (...). O segundo período, de 1840 a 1870, foi marcado pelo surgimento do moderno comércio de viagens de férias e os primeiros hotéis e hospedarias para turistas (...). O terceiro período, de 1870 até 1900, foi aquele em que se desenvolveu a infraestrutura de atendimento aos turistas, com os primeiros grandes hotéis e centros turísticos organizados. Depois de 1900 até 1930, no quarto período, desenvolveram-se as viagens como fenômeno de massa, esportes de inverno e outros. No quinto período, a partir de 1930, a busca da periferia e as excursões organizadas são as realidades predominantes”.

(Eufrásio, 1996 *apud* Pinheiro, 2009).

A internacionalização do modelo fordista juntamente com a evolução nos meios de transporte e o crescente progresso tecnológico fez com que os deslocamentos que já aconteciam, tornassem-se mais constantes e com um tempo de duração maior. Tal fato fez emergir a necessidade de uma estruturação no setor de serviços voltados principalmente para a atividade turística (bancos, agências de seguros, etc.), fazendo surgir um novo segmento do turismo, o “turismo de negócios” (Araujo,2014). A partir dessa operacionalização da atividade turística pelas agências de turismo, a atividade se expandiu para além das fronteiras dos Estados Unidos e Europa, chegando na América Latina (Araujo, 2016).

1.2.2. O turismo como produtor do espaço

O turismo é um fenômeno global reconhecido pela sua capacidade de se apropriar e transformar o espaço, necessitando de infraestruturas essenciais (vias de circulação, meios de hospedagem, alimentação) para que nele se estabeleça. Ou seja, ele é atualmente um dos principais (se não o principal) elemento reorganizador de realidades locais, transformando os espaços a partir de seus interesses.

Independente dos elementos motivadores que levam as pessoas a se deslocarem, o turismo acontece em um espaço onde se desdobram as relações simbólicas e culturais entre diversos atores sociais ali presentes, levando a compreensão de que o espaço produzido para/pelo o turismo além de físico é também social (Souza, Bahl e Kushano, 2013).

A atividade turística é responsável pelo consumo e valorização dos espaços, transformando progressivamente objetos naturais em objetos sociais (Santos, 1996, p.141). O turismo quando incorporado ao mercado, acarreta a intensa produção, reprodução e consumo dos espaços, intensificando o valor de troca dos lugares, ultrapassando seu valor de uso e tornando-os verdadeiras mercadorias (Araujo, 2011).

“As paisagens naturais e socialmente construídas tornam-se objetos de consumo turísticos, como se isso fosse uma característica a elas inerente”.

(Ouriques, 2005, *apud* Araujo, 2014).

Os atores hegemônicos na produção do espaço são basicamente: Estado e mercado (Cruz, 2007), contudo, mesmo formando esse “par dialético”, o Estado se mostra a cada dia mais subserviente aos interesses do mercado através de seu papel regulador das relações sociais e constante criação de condições e favorecimentos em prol do mesmo. A ausência ou ineficiência do Estado e a voracidade conquistadora de agentes de mercado obrigam sociedades a reagirem na luta cotidiana pela sobrevivência (Cruz, 2007). E é nesse contexto que o turismo se desenrola, tendo se configurado ao longo dos anos como um fenômeno em constante crescimento, se consagrando como um forte elemento de reprodução do capital no mundo globalizado.

O turismo, a partir de suas políticas públicas de incentivo, tem interferido no espaço em diferentes escalas (territorial, regional e urbana), se tornando um dos principais elementos descaracterizador e alienador dos lugares, através da artificialização desses espaços, ou seja, da sua produção voltada para o consumo dos turistas (Paiva, 2008). Como já apontado por Santos (1996), o espaço é formado pela relação entre sistemas de objetos e de ações, onde os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e os sistemas de ações criam objetos novos ou se desdobram sobre objetos preexistentes, tornando o espaço dinâmico e mutável (Santos, 1996, p.63).

“a produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais [...]”

(Santos, 1996, p. 64)

É a partir dessa relação que se torna possível reconhecer as suas características analíticas internas e externas que, através da técnica e dos eventos (ações promovidas pelo Estado e/ou mercado), irão modificar a produção do espaço.

O turismo utiliza os elementos naturais do espaço, apropriando-se de suas belezas e transformando-as em atrativos turísticos (mercadoria). Esse consumo da natureza significa basicamente: produzir o espaço para a materialização da atividade turística. Para que isso aconteça, é de extrema relevância a ação de atores sociais

hegemônicos que irão definir a forma de produção desse espaço (agentes produtores do espaço).

O poder público (estadual e municipal) é o principal estimulador e facilitador da produção imobiliária, através da introdução de infraestruturas que favorecem esse mercado (melhorias viárias, serviços coletivos, etc.). Além da ação do poder público, a participação dos produtores imobiliários no processo de produção do espaço é de grande relevância, visto que atuam praticamente monopolizando as ações imobiliárias e conseqüentemente no processo de produção do espaço turístico.

O turismo é capaz de produzir espaços para a concretização de sua atividade e isso é resultante da própria ação do homem sobre o espaço. Como já havia sido ressaltado por Milton Santos (1996), a produção do espaço ocorre através da ação humana sobre o ambiente que o rodeia, sendo o homem um sujeito ativo. Portanto, os agentes sociais no âmbito do turismo ao interferir num meio natural com objetivo de transformá-lo num atrativo turístico, estão obrigatoriamente produzindo espaço. Sendo assim, o turismo por meio da ação humana, produz espaços que busquem atender seus próprios interesses, ou seja, produz espaços turísticos.

A ação da atividade turística no litoral consiste na apropriação e consumo dos espaços para sua própria reprodução. Essa apropriação ocorre através da incorporação e/ou substituição de infraestruturas que favoreçam a exploração da atividade turística no local. Gradativamente o espaço natural vai sendo transformado e “valorizado” com a incorporação de equipamentos turísticos que irão funcionar como atrativos e dessa forma consolidar esses espaços em destinos turísticos. Nesse processo, a paisagem natural vai perdendo espaço para a paisagem artificial na incessante tentativa de reproduzir espaços idealizados voltados para o turista. Essa paisagem turística idealizada é de responsabilidade dos agentes produtores do espaço turístico, a partir de ações sobre o espaço que objetivam criar e recriar formas convidativas para o turista.

Remy Knafou (2001 *apud* Araújo, 2014) corrobora com a ideia já levantada por Cruz (2007) e aprofunda a análise acerca da turistificação do espaço. Essa análise toma como partida três fontes principais: o turista, o mercado e o Estado. Knafou considera então o turista como o ponto principal para que esse processo de turistificação aconteça, visto que é a partir de seu deslocamento objetivando um objeto de consumo onde se materializa a atividade turística. Contudo, reitera a ideia de que são o Estado e o mercado que promovem e definem os territórios turísticos. A teoria formulada por Knafou torna possível então analisar o grau de turistificação dos espaços e do consumo de seu solo urbano através da incidência maior ou menor dos meios de hospedagem.

1.2.3. Meios de hospedagem

A partir da década de 80 devido ao cenário econômico desfavorável que o país vivia, principalmente devido a retirada maciça de investimentos estrangeiros e com a falência do sistema financeiro de habitação (SFH), resultou em uma condição de menor demanda por novas construções habitacionais e trouxe a necessidade das construtoras se reinventarem e buscarem novos produtos imobiliários (Spolon, 2006 *apud* Araújo, 2014). Dessa forma, o mercado que até então voltava seus investimentos para hotelaria de luxo, viu a oportunidade para instalação de padrões de hospedagem de nível intermediário (Araujo, 2016).

O processo de transformação do litoral como destino turístico, fez crescer desigualdades regionais que conduziram formas distintas de produção do espaço litorâneo, emergindo diferentes meios de hospedagem: segundas residências, *flats/apart-hotel* pousadas, hotéis, *resorts* e empreendimentos turísticos imobiliários (Cruz, 2007 *apud* Araujo, 2011); que passaram a disputar, junto com os demais usos do solo, as almejadas localizações à beira-mar.

1.2.3.1. Segundas residências

As segundas residências não se enquadram como um meio de hospedagem de acordo com a definição do Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem elaborada pelo Ministério do Turismo (Araujo, 2011). Contudo, devido a

necessidade de compreender essa tipologia e diferenciá-la do entendimento de domicílios de primeira residência, o IBGE desde 1991 classifica as residências secundárias como sendo “domicílios particulares de uso ocasional” (Araujo, 2014).

Surgiram como reflexo de um processo de ocupação litorânea beneficiada pelos inúmeros investimentos em infraestruturas rodoviárias, ao qual o turismo também se beneficiou, durante as décadas de 50 a 70. O surgimento da classe média também nesse período, foi um fator relevante para o aumento das segundas residências.

Elas podem ser consideradas como uma forma de alojamento turístico particular utilizados por curtos períodos e com motivação de lazer e descanso por usuários que possuem residência permanente em outro lugar (Tulik, 2001 *apud* Cruz, 2007), como exemplo, temos as casas de praia e campo. Embora voltada para objetivos muito semelhantes (abrigar pessoas temporariamente), apresenta características próprias de função e uso, distinta das relativas à rede hoteleira, como destaca Cruz (2007): “hoteleria e residências secundárias tecem, com os territórios em que se instalam, relações espaciais bastante distintas”.

O turista da residência secundária, por exemplo, cria vínculos territoriais mais consolidados com o lugar, devido ao fato de serem alojamentos turísticos particulares utilizados em momento de lazer, já o turista da rede hoteleira possui vínculos mais fugazes com aquele território, pois, muitos não retornam aos lugares visitados (Araujo, 2011). Quando se compara o espaço apropriado pelo modelo de residências secundárias é possível observar, principalmente se tratando de áreas litorâneas, a grande predominância arquitetônica de caráter horizontal, enquanto a hotelaria possui uma característica mais vertical e dispersa, e frequentemente aproveita as infraestruturas herdadas que, muitas vezes, foram criadas com outra funcionalidade (Cruz, 2007).

A implantação de habitações de uso temporário necessita de obras de infraestrutura (básicas e urbanas), ocasionando um custo social mais alto para o local que está as recebendo. Devido a isso, algumas vezes se tornam responsáveis pela urbanização de áreas desabitadas ou pouco ocupadas, “atuam como elemento indutor do processo

de urbanização, apresentando íntima associação com o mercado imobiliário” (Araujo, 2011).

As residências secundárias possuem uma forte dependência em relação ao Estado e sua atuação como promotor de ações em prol do mercado imobiliário. A instalação de infraestruturas como: construção de rodovias, iluminação pública, distribuição de água, são exemplos de atrativos ao capital privado voltado para construção de habitações turísticas. Tudo isso aliado ao fato das zonas costeiras possuírem particularidades (paisagens naturais, por exemplo) faz com que ocorra uma supervalorização do solo, ocasionando uma migração dos residentes locais para áreas mais distantes (mais baratas).

Com a definição estabelecida pelo IBGE em 1991 acerca das segundas residências e sua consequente quantificação, torna-se possível fazer uma análise comparativa do aumento que essa tipologia teve ao longo de 10 anos (entre o Censo 2000 e o Censo 2010). A partir da análise comparativa entre os Censos realizados em 2000 e 2010, é possível observar que os estados costeiros abrigam quase toda a totalidade das segundas residências existentes no Brasil (incluindo as que estão em Estados não litorâneos).

<i>Brasil/ Estados litorâneos</i>	<i>Número absoluto</i>	<i>Brasil/Estados litorâneos</i>	<i>Número absoluto</i>
Norte	68.534	Norte	115.228
Amapá	3.202	Amapá	6.143
Pará	65.332	Pará	109.085
Nordeste	552.198	Nordeste	966.263
Alagoas	26.599	Alagoas	44.014
Bahia	193.062	Bahia	333.793
Ceará	64.620	Ceará	113.146
Maranhão	41.552	Maranhão	74.550
Paraíba	38.583	Paraíba	71.409
Pernambuco	85.291	Pernambuco	143.567
Piauí	38.136	Piauí	72.394
Rio Grande do Norte	33.321	Rio Grande do Norte	66.448
Sergipe	31.034	Sergipe	46.942
Sudeste	1.066.692	Sudeste	1.382.509
Espírito Santo	66.268	Espírito Santo	97.021
Rio de Janeiro	293.449	Rio de Janeiro	383.937
São Paulo	706.975	São Paulo	901.551
Sul	511.525	Sul	690.999
Paraná	115.400	Paraná	155.323
Rio Grande do Sul	232.115	Rio Grande do Sul	306.903
Santa Catarina	164.010	Santa Catarina	228.773
Brasil (estados litorâneos)	2.198.949	Brasil (estados litorâneos)	3.154.999

Tabela 01: Quadro comparativo acerca da distribuição das segundas residências, por estados litorâneos, nos anos 2000 e 2010.

Fonte: IBGE – sinopse preliminar do Censo 2000 e 2010. Organizado por Isadora Baía.

Segundo o quadro comparativo entre os Censos 2000 e 2010, é possível observar que os Estados litorâneos abrigavam cerca de 80% das segundas residências de todo o Brasil em 2010. Além disso, observa-se a grande concentração de domicílios de uso ocasional na região Sudeste, que sozinha abarca aproximadamente 47% do total existentes no Brasil em 2010, principalmente no Estado de São Paulo.

Já a região Nordeste, que em 2000 era responsável por aproximadamente 25% das segundas residências do país, em 2010 passa a abarcar 31%, onde, desse total, cerca de 15% está concentrada no Estado de Pernambuco, refletindo que “há hoje no Nordeste um mercado imobiliário atento a demandas ‘além-mar” (Cruz, 2007). O entendimento em relação a incidência das segundas residências no Brasil funciona como um “espelho do que se dá, também, em escala mundial” (Cruz, 2007).

Em pesquisa realizada por Araujo (2011), foi constatado que em Tamandaré havia aproximadamente 11.280 domicílios particulares e, desse total, 5.168 eram residências secundárias (Figura 01 e 02) que, proporcionalmente ao número de primeiras residências, sugere um índice excepcional de 45,82% correspondente a esse tipo de ocupação.



Figura 01: Segundas residências em Tamandaré, desocupadas na maior parte do ano.
Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.



Figura 02: Segundas residências em Tamandaré, desocupadas na maior parte do ano.
Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

1.2.3.2. *Flats/Apart-hotel*

Segundo o SBCMH, os *flats* e/ou Apart-hotéis são “constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação” (Mtur, 2011).

Surgiram como consequência de um cenário econômico desfavorável em que o Brasil estava passando, sendo concebido como um empreendimento imobiliário que funcionava como forma de condomínio, oferecendo uma infraestrutura de serviços e lazer (semelhante aos hotéis) e com apartamentos destinados à estadia temporária ou até mesmo moradia, confundindo-se às vezes com as segundas residências pois ambas utilizam a denominação *flat*. Contudo, as segundas residências como já citado anteriormente, não dispõem dos serviços necessários para sua classificação como tal.

O Sistema Brasileiro de Classificação (SBClass) estabelece ainda categorias que irão avaliar os serviços oferecidos pelos meios de hospedagem, sendo representados por estrelas. No caso dos flats, foi determinado categorias de no mínimo três estrelas e no máximo, cinco estrelas. Para a categoria três estrelas, os equipamentos devem cumprir com os requisitos mínimos de: infraestrutura, serviços e sustentabilidade, e, para adquirir mais estrelas, deve obedecer diversos requisitos adicionais que serão determinantes para diferenciar as categorias entre si. A partir dessa classificação o

usuário pode fazer uma análise comparativa entre os equipamentos de maneira a escolher aqueles que mais se adequem às suas necessidades (Mtur, 2011).

De acordo com o Cadastur* que “é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo” (Cadastur, sem data), apenas o Flat do Golfinho (Figura 03), localizado na Praia de Tamandaré, possui o certificado que o classifica como um meio de hospedagem, usando dos parâmetros estabelecidos pelo Mtur. Embora o Flat do Golfinho conste no Cadastur, o empreendimento optou por não passar pelo SBClass.



Figura 03: Flat do Golfinho.
Fonte: <http://flatdogolfinho.com.br/galeria/>

Porém, a partir do levantamento feito no local, é possível contabilizar ainda a presença de mais seis empreendimentos que não constam no Cadastur, sendo considerados irregulares. São eles:

- Tamandaré Holiday Flat (Praia de Campas);
- Flat Porto dos Carneiros (Praia de Tamandaré);
- Apart-Hotel Marinas de Tamandaré (entre as Praias de Campas e dos Carneiros);

* No capítulo 2 será melhor explicitado o sistema e sua relação com as políticas públicas do turismo.

- Praia dos Carneiros Flat Hotel (entre as Praias de Campas e dos Careiros) - Figura 04 e 05;
- Apart-Hotel As Coloridas (Praia dos Carneiros);
- Divinos Flat (Praia dos Carneiros) – Figura 06 e 07.

O Apart-Hotel Marinas de Tamandaré, que se localiza na beira-mar entre Campas e Carneiros e é um dos empreendimentos mais antigos do município, inaugurado no ano de 1984 (Firmino, 2006).



Figuras 04 e 05: Empreendimento Praia dos Carneiros Flat Hotel.

Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016; <http://www.praiadoscarneirosflathotel.com.br/o-flat/>



Figuras 06 e 07: Divinos Flat, localizado na praia dos Carneiros.

Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016; <http://www.booking.com/hotel/br/divinos-flat.pt-br.html>

1.2.3.3. Pousadas

As pousadas são classificadas pelo SBCMH como “empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs” (Mtur, 2011).

Para esse tipo, o SBClass estabelece as categorias de: no mínimo uma estrela e máximo de cinco. Para se enquadrar na categoria uma estrela, a pousada deve atender a condições mínimas de infraestrutura, serviços e sustentabilidade e, assim como nos *flats*, para cada estrela extra, serão exigidos novos requisitos adicionais.

Em Tamandaré, registram-se as seguintes pousadas devidamente cadastradas no Cadastur:

- Pousada Rifugiu Del Marinaio (Praia de Tamandaré)
- Pousada Praia dos Carneiros (Praia dos Carneiros)
- Pousada Bangalôs do Gameleiro (Praia dos Carneiros)
- Pousada Solar da Praia (Praia dos Carneiros)

Além das pousadas registradas no Cadastur, de acordo com levantamento feito *in loco* foi possível encontrar outras 31, listadas na tabela a seguir e que à priori estão funcionando de forma irregular, uma vez que não possuem o cadastro junto ao Ministério do Turismo.

• Pousada Residencial Acácias	Praia de Boca da Barra
• Pousada Baía dos Corais	Praia do Pontal do Lira
• Pousada Manupi	Praia do Pontal do Lira
• Pousada Fox Del Mar	Praia do Pontal do Lira
• Pousada Recanto dos Girassóis	Praia do Pontal do Lira
• Pousada Costa Tropical	Praia do Pontal do Lira
• Pousada Residencial Serrita	Praia do Pontal do Lira
• Pousada Doce Vida	Praia de Tamandaré
• Pousada Beira Mar	Praia de Tamandaré
• Pousada Oásis Verde	Praia de Tamandaré
• Pousada Chalés dos Cajueiros	Praia de Tamandaré
• Pousada Mar Azul	Praia de Tamandaré
• Pousada Cambará	Praia de Tamandaré
• Pousada Flor da Primavera	Praia de Tamandaré
• Pousada Recanto dos Corais	Praia de Tamandaré
• Pousada 100 Passos	Praia de Campas
• Pousada Costa do Sol	Praia de Campas
• Pousada Oásis	Praia de Campas
• Pousada Costa Coral	Praia de Campas
• Pousada do Mar	Praia de Campas
• Pousada Porto Bello	Praia dos carneiros
• Pousada Litoral	Praia dos carneiros
• Pousada Sítio Paraíso	Praia dos carneiros
• Pousada Prive dos Carneiros	Praia dos carneiros
• Pousada Lá em Casa Tamandaré	Praia dos carneiros
• Pousada Sítio Estrela do Mar	Praia dos carneiros
• Pousada Sítio Boa Esperança	Praia dos carneiros
• Pousada Chalés dos Carneiros - Sítio São Benedito	Praia dos carneiros
• Pousada Prive dos Carneiros	Praia dos carneiros
• Pousada do Farol	Praia dos carneiros
• Pousada Bangalôs da prainha - Sítio da Prainha	Praia dos carneiros

Tabela 02: Levantamento das pousadas existentes em Tamandaré/PE (2016).

Fonte: Isadora Baía, 2016.

1.2.3.4. Hotéis

A hotelaria brasileira se desenvolveu seguindo o ritmo imposto pelo processo de urbanização no país e como consequência de medidas macroeconômicas adotadas, cujo objetivo era atrair o capital estrangeiro para o Brasil (Araujo, 2014). O processo de liberalização financeira fez a década de 90 ser palco de intensas fusões e aquisições entre as operadoras hoteleiras, até então voltadas para seus países de origem e países desenvolvidos.

O SBCMH classifica os hotéis como sendo “estabelecimentos com serviços de recepção, alojamentos temporários, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária” (Mtur, 2011). Assim como nas pousadas, os hotéis podem receber de uma a cinco estrelas, porém, os critérios exigidos por categoria, são diferentes em relação aos exigidos para as pousadas. No município de Tamandaré, há os seguintes hotéis registrados no Cadastur:

- Pousada Vila Marinha (Praia de Tamandaré)
- Pontal dos Carneiros Beach Bungalows (Praia dos Carneiros)

Ainda existem outros três empreendimentos em Tamandaré que funcionam com as mesmas características dos já citados, mas que, no entanto, não possuem registro:

- Hotel Ancoradouro Tamandaré (Praia de Tamandaré);
- Colônia de férias do Sesi (Praia de Campas);
- Hotel Praia dos Carneiros (Praia dos Carneiros).

1.2.3.5. Resorts

Os *resorts* têm origem nos *spas*, associados a lugares de descanso que enxergavam a água como um meio de gerar lucro (Araujo,2011) e mais remotamente às casas de banho da antiguidade clássica, que valorizavam a recreação e o esporte (Paiva e Vargas, 2013).

Atualmente, o SBMH os define como sendo “hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento” (Mtur, 2011), e para esse tipo, o SBClass estabelece as categorias de quatro estrelas (mínimo) a cinco estrelas (máximo).

Aparecem fortemente no Brasil durante a década de 90, especialmente na região Nordeste, como reflexo do turismo “de sol e praia” associado ao fato de existirem grandes porções de áreas não urbanizadas ao longo do litoral e amparado por

políticas públicas de incentivo ao turismo, nesse caso, o Prodetur/NE* que privilegiavam investimentos para atração de um público estrangeiro (Araujo, 2014).

Para que sejam estabelecidos, os *resorts* carecem de localizações diferenciadas e com privilégios paisagísticos como: proximidade com o mar, infraestruturas de apoio e acesso, etc., embora busquem se localizar em áreas mais distantes de regiões urbanizadas. Além disso, trata-se de um empreendimento que possui um programa extenso, que oferece serviços e atividades que necessitam de amplas áreas de terrenos para serem realizadas, e que envolve o processo de paisagens naturais através de projetos paisagísticos. Em Tamandaré, existe apenas um *resort* cadastrado através do Cadastur:

- Baía Branca Beach *Resort* (Figura 08)

Além dele, há o Coral Beach *Resort* (Figura 09).



Figuras 08 e 09: Baía Branca Beach Resort (à esquerda) e Coral Beach Resort (à direita).

Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g780931-d1211566-i87100631-Baia_Branca_Beach_Resort-Tamandare_State_of_Pernambuco.html;
<http://www.hotelcoralbeach.com.br/galeria-de-fotos>.

1.2.3.6. Empreendimentos Turísticos Imobiliários

Os Empreendimentos Turístico Imobiliário (ETIs) surgem a partir da confluência entre o mercado hoteleiro e o mercado imobiliário, gerada pela conexão entre os *resorts* e as segundas residências (ou domicílios particulares de uso ocasional), que passam a

* Será tratado no próximo capítulo.

ter benefícios como: serviços de hotelaria e acesso às áreas de lazer dos *resorts* (Araujo, 2011).

Com isso, o turista do segmento de segundas residências, passa a poder adquirir imóveis em empreendimentos planejados e com a infraestrutura de lazer e, muitas vezes, comércio e serviços. Surgem como mais uma aposta para viabilizar a ocupação da costa brasileira, devido ao fato dessa associação acarretar em uma maior fluidez ao capital, favorecendo os negócios. (Araujo, 2011).

“Propriedades turístico-imobiliárias são aquelas localizadas em destinos turísticos desejados, composta por unidades de segunda residência e grandes instalações turísticas e de lazer como hotéis, parques, marinas, campos de golfe, etc. Essas instalações aumentam a experiência turística, induzem o fluxo turístico e oferecem serviços para convidados e proprietários”.

(Canteras, et al., 2008 *apud* Ebert, 2011).

Apesar das segundas residências geralmente estarem relacionadas à proximidade com o destino emissor, os ETIs dirigem seu foco para áreas mais afastadas muitas vezes sem nenhuma infraestrutura existente. “A ideia é comprar um terreno grande, relativamente barato, pois ele está longe das cidades e nele fazer um belíssimo hotel, com campo de golfe, centro equestre, isso tudo valoriza o terreno e você começa a ganhar dinheiro vendendo imóveis nesse terreno” (Canteras, 2009 *apud* Araujo, 2011). Tal afirmação possibilita entendermos o porquê do incentivo à aquisição de propriedades no Nordeste por turistas estrangeiros: disponibilidade de terrenos a preços baixos e orlas ainda não urbanizadas.

Em Tamandaré os ETIs vêm ganhando destaque, se apropriando cada vez mais do espaço da Praia de Carneiros, principalmente, por ser uma área que possui uma grande vastidão de solo não urbanizado se traduzindo no cenário perfeito para instalação desses equipamentos, que necessitam de grandes dimensões para se fixarem. Muitos recebem o nome de resorts, porém acabam mesclando várias tipologias em um único espaço (apartamentos, chalés, *flats*, bangalôs, etc.).

Pode-se contabilizar cerca de três empreendimentos, também sem registro no Cadastur), que contam com a infraestrutura acima citada e acabam sendo

reconhecidos como Empreendimentos Turísticos Imobiliários, pois associam os serviços de hotelaria à segunda residência. São eles:

- Eco Resort Praia dos Carneiros (Praia dos Carneiros) – em construção – Figura 10;
- Flat Club Meridional (Praia dos Carneiros) – Figura 11;
- Carneiros Beach Resort (Praia dos Carneiros) – Figura 12.



Figuras 10 e 11: Masterplan Eco Resort Praia dos Carneiros, ainda em fase de execução (à esquerda) e Flat Club Meridional (à direita).

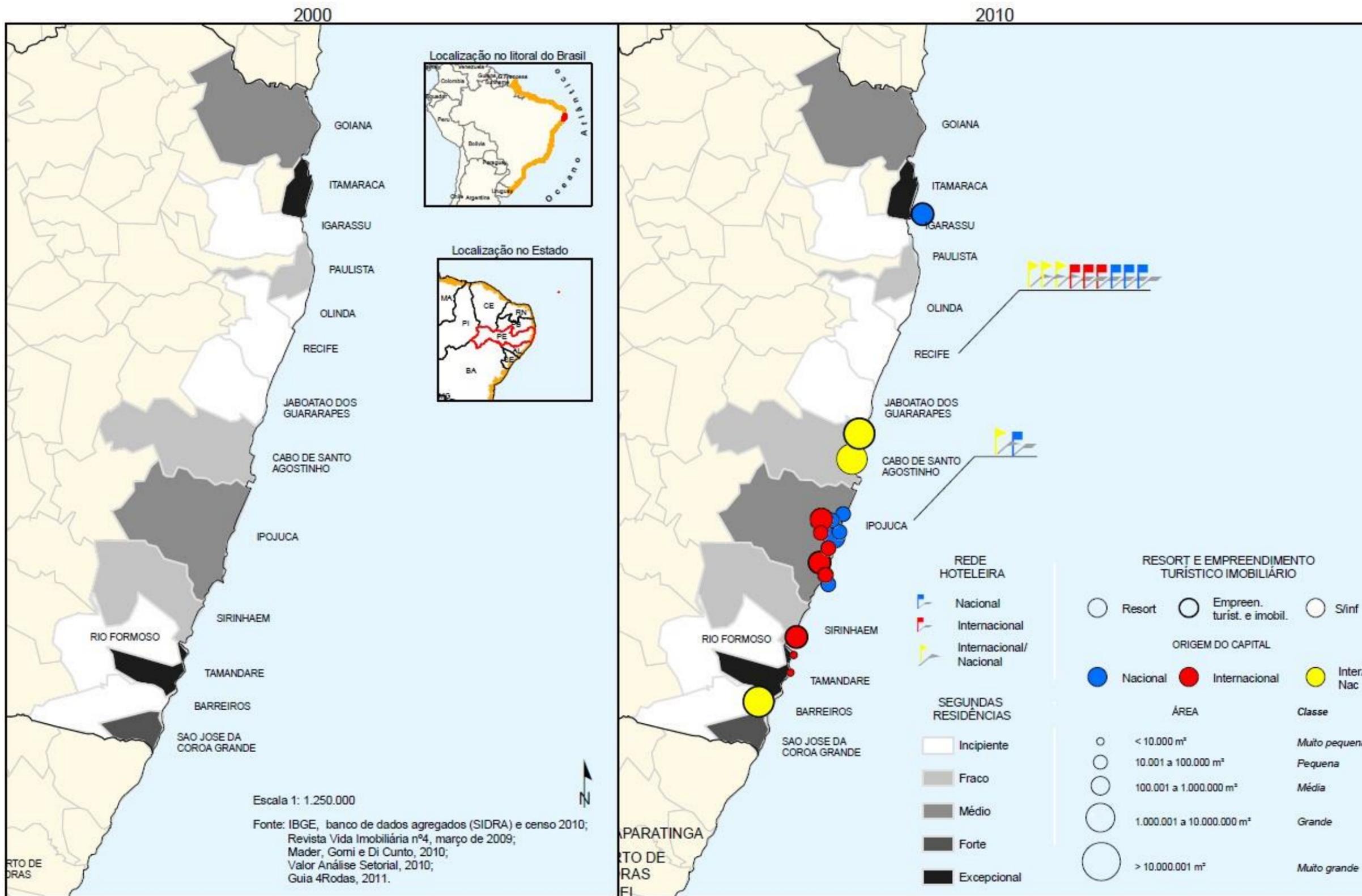
Fonte: <http://www1.construtoraconic.com.br/cms/opencms/conic/pt/imoveis/arq/0021.html>;
<http://www.clubmeridional.com.br/>.



Figura 12: Carneiros Beach Resort.

Fonte: <http://www.booking.com/hotel/br/carneiros-beach-resort-tamandare.pt-br.html>

O mapa 1, a seguir, traz um panorama dos investimentos hoteleiros e de segundas residências no litoral pernambucano realizado por Araujo em 2011.



Mapa 01: Meios de hospedagem no litoral do Estado de Pernambuco.

Fonte: Cristina Pereira de Araujo, 2011.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO BRASIL

O turismo como atividade econômica organizada, obteve reconhecimento mundial a partir da Revolução Industrial, fundamental nos avanços dos meios de transportes, telecomunicações e serviços. As políticas de turismo relacionam-se aos valores culturais, ideológicos, ao ambiente político e às estruturas institucionais. São elaboradas com intuito dar suporte às necessidades vigentes (Hall, 2001 *apud* Henz, Leite e Anjos, 2010).

O processo de desenvolvimento da atividade turística fez dela uma das atividades mercadológicas com maior índice de crescimento. Com isso, houve uma necessidade em estabelecer políticas de regulamentação e incentivos à atividade turística por parte do poder público federal, que passa a introduzir o turismo em suas políticas públicas. O objetivo de tais políticas públicas consiste em estabelecer procedimentos orientadores a partir da elaboração de estratégias, que irão surgir em decorrência da identificação das necessidades e problemas advindos com o turismo.

2.1. Panorama nacional

Ao longo dos anos, várias foram as tentativas de organizar o setor de turismo no Brasil, porém vai ser na segunda metade do século XX que surgem as iniciativas públicas federais mais relevantes (Cruz, 2007). Contudo, antes disso algumas ações foram marcantes na história do turismo brasileiro. Na década de 1930, por exemplo, ocorreu a criação da Divisão de Turismo cujo principal encargo era de fiscalizar atividades relacionadas com as agências de viagens.

O governo de Getúlio Vargas foi marcado pelo interesse em expandir o setor industrial, além do aumento da intervenção do Estado na economia. Essa proposta foi refletida no governo de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas quando, em 1958, implementa a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) a partir do Decreto-Lei Nº 44.863, simbolizando a primeira tentativa de sistematizar uma política nacional de turismo (Dias, 2003 *apud* Silva, Costa e Carvalho, 2013).

A modernização proposta pelo governo de JK impulsionou a atividade turística, principalmente com o aumento de direito dos trabalhadores (férias remuneradas, por exemplo), possibilitando essa camada da sociedade a conhecer novos lugares, aumentando o número de viajantes e conseqüentemente, a massificação do turismo.

Após a extinção da Combratur, surge em 1966 com o Decreto-Lei 55/66, o Conselho Nacional do Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) fazendo com que o turismo passasse a ser compreendido com uma atividade produtiva capaz de contribuir para o cenário socioeconômico do país (Araujo,2011).

Considerando que a história das políticas públicas do país teve início no fim da década de 50 e início da década de 60, a criação da Embratur representa um marco na história da administração pública no Brasil. Cabia a ela o papel de estabelecer normas para empresas voltadas ao turismo, a partir da facilitação de incentivos fiscais na construção de equipamentos e serviços destinados à atividade turística (Vieira, 2011 *apud* Silva, Costa e Carvalho, 2013). A Embratur estabelece uma relação entre a atividade turística e a industrialização, equiparando o turismo à indústria e possibilitando que a atividade desfrutasse dos mesmos incentivos fiscais consentidos à atividade industrial, passando a ser tratada como indústria turística (Araujo, 2011).

Já na década de 70, surgem o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) e o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), instituídos pelos Decretos-Lei Nº 1.191/73 e 1.376/74 (Araujo, 2011). O Fungetur baseava-se em um financiamento destinado a empresas do setor turístico para a ampliação, modernização e reforma de empreendimentos voltados para tal atividade (Caixa Econômica Federal, sem data). Já o Finor, destina-se a apoiar financeiramente empreendimentos instalados ou que venham a se instalar na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo objetivo era de contribuir para o desenvolvimento econômico da Região Nordeste, particularmente (Banco do Nordeste, sem data).

A atividade turística na década de 80 não obteve progresso significativo devido à falta de avanços econômicos e sociais no país, perdurando até a década de 90, no governo

do presidente eleito Fernando Collor de Mello. Nessa época, as iniciativas públicas adotadas pelo governo federal emergiram de maneira mais contundente, a partir de ações destinadas a organizar o turismo, que passam a criar condições para sua expansão. O que ocorre é um processo de valorização do turismo, pois, a atividade passa a ser enxergada como um combustível para o desenvolvimento do país (Henz, Leite e Anjos, 2010).

Em 1992 foi lançado o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) considerado como o primeiro passo para a efetiva implantação de uma Política Nacional de Turismo. (Vieira, 2001 *apud* Silva, Costa e Carvalho, 2013) e previa programas que privilegiavam principalmente as regiões Norte e Nordeste, regiões que necessitavam de uma urgente reformulação em suas políticas públicas. Cruz (2007) destaca que: “a ação estatal recente privilegia a macrorregião do Nordeste, por fatores que conjugam características físico-naturais e, principalmente, opções políticas e fatores históricos e econômicos”.

A necessidade de descentralizar as políticas públicas que até então eram regidas pela Embratur e pelo Ministério da Indústria e Comércio, e também pela precária participação dos demais setores envolvidos no turismo, surge em 1996 o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), no governo de Fernando Henrique Cardoso. O PNMT, passou a delegar aos municípios a responsabilidade no desenvolvimento de suas localidades turísticas, enquanto que o governo federal agiria como um organizador e orientador (Araujo, 2011).

Ainda na década de 90, o governo federal estabeleceu através da Embratur, programas e projetos que buscavam o desenvolvimento sustentável do turismo, dentre eles, encontram-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), programa no qual o governo intervém na região nordeste por meio de infraestrutura básica, instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos (Silva, Costa e Carvalho, 2013).

Como continuidade de diretrizes já debatidas e apresentadas no governo anterior, no ano de 2003, durante a gestão de Luís Inácio Lula da Silva, ocorreu a estruturação do Plano Nacional de Turismo (2003-2007), consolidando o setor turístico a partir do surgimento do Ministério do Turismo (MTur), sendo este o período de maior transformação para o turismo. O Plano Nacional do Turismo buscou ressaltar os roteiros e destinos turísticos no país, além de concretizar programas e propostas para um melhor funcionamento do setor, destacando a sua importância no crescimento econômico do Brasil (Araujo, 2011). O Plano Nacional do Turismo 2003-2007 estabeleceu cinco macroprogramas. São eles:

- 1) Gestão e relações institucionais;
- 2) Programas de atração de investimentos e financiamento para o turismo;
- 3) Programa de desenvolvimento regional e acessibilidade aérea, terrestre, marítima e fluvial;
- 4) Estruturação e diversificação da oferta turística, através do programa de roteiros integrados;
- 5) Qualidade do produto turístico, por meio de normatização e qualificação profissional.

É no macroprograma quatro que entram as ações referentes à segunda fase do PRODETUR/NE (Araujo,2011), onde irão ocorrer as ações mais significativas no Estado de Pernambuco e no litoral de Tamandaré/PE.

Em 2007 surge um novo Plano Nacional de Turismo (2007-2010), tendo como principal propósito a adoção do turismo como indutor do desenvolvimento do país. Propõe ser um instrumento de planejamento e gestão participativa e descentralizada assim como o antigo, envolvendo também “as esferas do governo federal, estadual e municipal, bem como da iniciativa privada e do terceiro setor” (Ministério do Turismo, 2007).

Durante essa nova etapa do PNT 2007-2010, o PRODETUR/NE II passa a submeter o repasse financeiro à elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), pelos municípios interessados. Isso aconteceu devido ao fato

de que, apesar da primeira fase do programa ter beneficiado as localidades turísticas com relação à infraestrutura de saneamento básico e de suporte ao turismo, resultando em um aquecimento da economia, também trouxe impactos socioambientais negativos, tais como: especulação imobiliária, ocupação de áreas ambientalmente frágeis e processos de licenciamento controversos, sobretudo no tocante à execução de obras rodoviárias (Brasil, BNB, sem data; Whiting, Faria, 2001 *apud* Araujo, 2011).

2.2. O papel do PRODETUR/NE na dinamização do turismo

Embora hoje o PRODETUR faça parte de um corpo legislativo maior, a sua atuação enquanto programa dinamizador do turismo merece destaque.

“Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de prévios processos de planejamento das regiões turísticas. A partir do planejamento das áreas turísticas prioritárias são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda principalmente para a população local”.

(Brasil, Ministério do Turismo, 2015).

O Nordeste foi uma das primeiras regiões economicamente estabelecidas no país, porém após o processo de industrialização do Brasil (início do século XX), a região perdeu sua posição de centro de crescimento o que a levou a se configurar como uma das regiões mais pobres do país. Diante desse quadro, aliado ao fato de que o país passava por uma forte crise financeira necessitando de investimentos em mercados que pudessem servir como atrativos para investimentos estrangeiros, o turismo se consagra como uma alternativa para solucionar tais problemas (Araujo, 2011) e reenquadrar o Nordeste no circuito nacional de desenvolvimentos era de suma importância para que isso pudesse ocorrer. (Banco do Nordeste, sem data).

Nos anos 90, a atividade turística ainda estava em fase inicial nos Estados nordestinos, onde somente na Bahia, em Pernambuco e no Ceará é que apresentava alguma expressividade. Devido ao potencial turístico na região, principalmente por possuir extensa faixa litorânea, os Governos Federal e Estaduais reuniram-se para

elaboração conjunta de um plano de ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, dando origem ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE.

O Prodetur foi responsável por transformar o litoral nordestino através da busca pela modernização do território, principalmente no quesito infraestrutura, voltada a atender o turismo internacional e massificado (Cruz, 2005 apud Henz, Leite e Anjos, 2010).

Através de linhas de financiamento, se dispôs a “financiar projetos prioritários de infraestrutura, nos setores de saneamento, transportes, administração de resíduos sólidos, proteção e recuperação ambiental, recuperação do patrimônio histórico e melhoramento de aeroportos” (Araujo,2011), além da melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas áreas abarcadas por ele (Banco do Nordeste, sem data).

O programa foi desenvolvido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no início da década de 90, a partir de estudos realizados cujo objetivo era reconhecer as atividades que poderiam ser bem-sucedidas quando desenvolvidas na região Nordeste (Banco do Nordeste, sem data).

A partir desses estudos, a atividade turística se destacou como sendo a mais viável para a região, visto que o Nordeste representa uma área onde se destacam paisagens naturais e recursos culturais significativos, além da disponibilidade de mão-de-obra muito mais barata (Banco do Nordeste, sem data).

Foi então que, em 1994, o BNDES inaugurou o Programa Nordeste Competitivo (PNC). O programa que contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a extinta Sudene, o Banco do Nordeste (BNB), o Ministério dos Esportes e Turismo e os Estados do Nordeste, deu origem ao PRODETUR/NE.

O programa seria dividido em duas fases: PRODETUR/NE I e PRODETUR/NE II. “A partir da implementação do PRODETUR/NE, buscou-se lançar bases para o desenvolvimento organizado e contínuo da atividade turística na Região” (Banco do

Nordeste, sem data), buscava basicamente o fortalecimento do turismo na região, promovendo a consolidação do Nordeste como importante destino turístico nacional e internacional (Becker, 1995 *apud* Araujo, 2011).

PRODETUR/NE I	PRODETUR/NE II
<ul style="list-style-type: none"> • Atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão. • Gerar oportunidades de emprego. • Melhorar os níveis de renda. • Aumentar as receitas públicas. • Beneficiar a população de baixa renda das áreas selecionadas com disponibilização dos serviços de abastecimento de água, esgotos e acessos pavimentados. • Aumentar a capacidade dos Estados beneficiados de acompanhar a demanda por serviços básicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o aumento das receitas provenientes da atividade turística. • Melhorar a capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios. • Assegurar o desenvolvimento turístico auto-sustentável e responsável nas áreas a serem beneficiadas pelo Programa. • Melhorar a qualidade de vida das populações fixas dos municípios a serem beneficiados, por meio de incremento dos postos de trabalho e renda, aumento da acessibilidade da população aos serviços urbanos

Tabela 03: Relação dos objetivos específicos do PRODETUR/NE I e II

Fonte: Banco do Nordeste. Organizado por Isadora Baía.

O PRODETUR/NE I (1994–2004) teve como principal objetivo (Tabela 03) fornecer recursos em infraestruturas de apoio ao turismo, a partir de ações que colaborassem para a expansão da atividade turística, com propósito de desenvolver o turismo na região Nordeste. Nessa primeira fase, o programa procurou dotar a região de estrutura aeroportuária, além de estimular a atuação da iniciativa privada, para que dessa forma pudesse ocorrer uma ampliação na oferta de ocupação produtiva e de aumentar a renda das comunidades de cada município contemplado nesta fase, sendo eles (em Pernambuco): Recife, Olinda, Ipojuca, Paulista, Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré (Banco do Nordeste, sem data).

Tinha como meta realizar investimentos (Tabela 04 e Gráfico 01) até o montante de US\$ 670,00 milhões. Deste montante, US\$ 400,00 milhões (60%) foram oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os demais US\$ 270,00 milhões (40%) de contrapartida local de Estados e da União (Araujo, 2011).

Valores Aplicados* por Estado - Financiamento e Contrapartida Local (US\$ milhões)	
Maranhão	40,943
Piauí	21,123
Ceará	141,767
Rio Grande do Norte	38,24
Paraíba	32,783
Pernambuco	41,975
Alagoas	7,017
Município de Maceió	36,35
Sergipe	50,757
Bahia	215,011
Total	625,966

Tabela 04: Relação dos valores aplicados por estado, envolvendo somatório dos recursos do BID e da Contrapartida Local (Estados e União) durante a fase do PRODETUR/NE I.

Fonte: Banco do Nordeste, Relatório Final do PRODETUR/NE I. Organizado por Isadora Baía.



Gráfico 01: Percentual dos valores aplicados por estado, envolvendo somatório dos recursos do BID e da Contrapartida Local (Estados e União) durante a fase do PRODETUR/NE I.

Fonte: Banco do Nordeste, Relatório Final do PRODETUR/NE I. Organizado por Isadora Baía.

Já na segunda fase (PRODETUR/NE II), visando dar continuidade ao processo de desenvolvimento do setor de turismo na região Nordeste do Brasil, iniciada com o PRODETUR/NE I, acontece um aumento na participação do Ministério do Turismo (MTur) dentre as ações do programa, que passa então a se responsabilizar pela maior

parte da contrapartida local, além de trabalhar junto com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com o intuito de analisar os planos turísticos e projetos por ele apoiados.

O PRODETUR/NE II traça como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida da população residente nos polos turísticos presentes nos estados participantes do programa, através de investimentos em saneamento básico, capacitação profissional e ambiental, etc., além da consolidação de acessos rodoviários aos destinos turísticos.

Determina para essa etapa, investimentos (Tabela 05 e Gráfico 02) com montante de até US\$ 400,00 milhões, onde, US\$ 240,00 milhões (60%) foram oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os demais US\$ 140,00 milhões (40%) de contrapartida local de Estados e da União (Banco do Nordeste, sem data).

Valores Aplicados por Estado - Financiamento e Contrapartida Local (US\$ milhões)	
Minas Gerais	40.181
Piauí	27.303
Ceará	87.843
Rio Grande do Norte	37.469
Pernambuco	112.533
Bahia	85.825
Banco do Nordeste	16.098
União (contrapartida direta)	3.662
Total	410.914

Tabela 05: Relação dos valores aplicados por estado, envolvendo somatório dos recursos do BID e da Contrapartida Local (Estados e União) durante a fase do PRODETUR/NE II.

Fonte: Banco do Nordeste, Relatório Final do PRODETUR/NE II. Organizado por Isadora Baía.



Gráfico 02: Percentual dos valores aplicados por estado, envolvendo somatório dos recursos do BID e da Contrapartida Local (Estados e União) durante a fase do PRODETUR/NE II.

Fonte: Banco do Nordeste, Relatório Final do PRODETUR/NE II. Organizado por Isadora Baía.

A parceria entre o Banco do Nordeste e os governos estaduais, procurou identificar na Região Nordeste áreas com aptidões semelhantes (do ponto de vista turístico) e com isso se tornou possível formalizar 15 polos turísticos (Figura 13) espalhados por todos os Estados Nordestinos, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo (por conta da jurisdição da Sudene) (Banco do Nordeste, sem data).

Para cada polo turístico, foi elaborado um PDITS, onde seriam realizados diagnósticos das situações, além da definição de estratégias de desenvolvimento turístico para o alcance dos objetivos do programa naquele polo. Os PDITS iriam funcionar como instrumentos norteadores de planejamento para cada polo de turismo beneficiado pelo PRODETUR NE/II (Banco do Nordeste, sem data).



Figura 13: Polos turísticos definidos pelo PRODETUR/NE II.

Fonte: <http://www.bnb.gov.br/prodetur/ne-ii/polos-de-turismo>

Com enfoque de planejamento estratégico da atividade turística, o BNB trabalhou calcado nos princípios do desenvolvimento sustentável, investindo em capacitação profissional e empresarial, financiando infraestruturas públicas e empreendimentos do setor privado. Com isso, buscou-se aliar o desenvolvimento sustentável do turismo na região a partir de investimentos que trariam melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e mesmo tempo criando um ambiente favorável a novos investimentos geradores de emprego e renda (Banco do Nordeste, sem data).

2.3. O PRODETUR/NE no Estado de Pernambuco

A primeira fase do PRODETUR/NE em Pernambuco foi marcada pela contradição das ações do estado com relação aos principais objetivos definidos pelo mesmo. Isso pode ser observado devido a concentração dos esforços na aprovação do Centro Turístico Guadalupe, uma área nova e com uma demanda turística inexistente, além da carência em investimentos privados, indo na direção contrária aos os princípios do programa.



Figura 14: Polo Costa dos Arrecifes/PE: contempla 15 municípios, além do arquipélago de Fernando de Noronha.

Fonte: Brasil, BNB, sem data

O Centro Turístico de Guadalupe fazia parte da primeira etapa do Projeto Costa Dourada financiado pelo BID, BNB e pelo PRODETUR, que foi apresentado à população na década de 1990 como alternativa econômica para o desenvolvimento da região (Pimentel, Sobral e Souza, 2003). O Projeto foi lançado durante o governo de Joaquim Francisco, tendo como proposta inicial a criação de um grande corredor turístico, com mais de 100 quilômetros. Mas, foi durante o governo de Miguel Arraes, que o projeto sofreu um desmembramento nas prioridades de execução, resumindo-se a construção da PE-79 (Clímaco, 2012).

Em 1998, após 8 anos em que o Projeto tinha sido apresentado, foi inaugurada a Via Litorânea de Guadalupe quando o então presidente do BID anunciou o início de mais cinco obras que faziam parte do Projeto Costa Dourada: a via litorânea de Carneiros, a via de Penetração Sul, a ponte sobre o rio Ariquindá, além dos trabalhos de implantação dos sistemas de abastecimento de água, e esgotamento sanitário do município de Rio Formoso (Banco do Nordeste, sem data).

Dos investimentos realizados no estado de Pernambuco durante a primeira fase do PRODETUR/NE, 54% dos recursos foram oriundos do financiamento do BID/BNB e

46% da contrapartida do estado de Pernambuco, totalizando um montante de US\$ 44.320.745,63; espalhados pelos municípios de Recife, Olinda, Ipojuca, Paulista, Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré (PDITS Polo Costa dos Arrecifes, 2012).

Quanto ao destino dos investimentos realizados com os recursos do PRODETUR/NE I, pode-se considerar que desse montante cerca de 30% foram destinados a projetos de infraestrutura de transporte; 33% em equipamentos turísticos; 10% em saneamento (saneamento básico e resíduos sólidos); 4% em desenvolvimento institucional e os demais 23% restantes em outros setores. O investimento em infraestrutura de transporte compreendeu três diferentes modais: transporte rodoviário (69%), transporte aeroviário (24%) e o aquaviário (7%) (PDITS Polo Costa dos Arrecifes, 2012).

Já as ações voltadas para saneamento básico e resíduos sólidos tiveram investimentos concentrados em duas áreas basicamente: o município de Rio Formoso (61%) e o Bairro do Recife (29%). O restante, cerca de 10%, foram destinados ao projeto “Subestação do Espaço Cultural” (PDITS Polo Costa dos Arrecifes, 2012).

Com relação aos Equipamentos de Turismo, destaca-se o investimento para a recuperação do Espaço Cultural do Centro de Convenções, que acabaram somando cerca de US\$ 11 milhões, correspondentes a 30% de todo investimento do PRODETUR/NE em sua primeira fase (PDITS Polo Costa dos Arrecifes, 2012). A distribuição dos investimentos do PRODETUR/NE I e a respectiva priorização deles na Região Metropolitana de Recife, acabou favorecendo a consolidação da mesma como principal centro receptor do Estado (PDITS Polo Costa dos Arrecifes, 2012).

Dentre os Projetos financiados pelo PRODETUR/NE I no período de 1994-2001 destacam-se:

- O Sistema Viário de Acesso ao Litoral Sul, constando da duplicação da BR-101 no trecho Recife/Cabo de Santo Agostinho, da duplicação da PE-60 no trecho Cabo de Santo Agostinho/Suape e da implantação da PE-51 e da PE-60 a Praia de Serrambi;

- O Sistema Viário de Acesso ao Litoral Norte através da triplicação da PE-15 no trecho Olinda-Igarassu;
- A criação de Polo de Lazer inserida na Revitalização do Bairro do Recife;
- A criação do Polo Gastronômico e de lazer da Praia do Pina.

Os investimentos do setor privado durante o período de implantação do Programa, investiu nas marinas náuticas, no late Clube de Paulista e principalmente no Polo turístico de Maria Farinha, assim como em segundas residências, comprovando o fortalecimento do produto turístico litorâneo. Além do Polo turístico de Maria Farinha, os Polos turísticos de Porto de Galinhas (Ipojuca), Recife, Olinda e Fernando de Noronha também sofreram importantes investimentos (PDITS Polo Costa dos Arrecifes, 2012).

Segundo informações da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), no ano de 2000 cerca de 45 novos meios de hospedagem estavam em fase de implantação na área compreendida pelo Polo Costa dos Arrecifes (Figura 14), com cerca de R\$ 251.110.000,00 em investimentos privados, dos quais 32% estavam destinados para o segmento home service, 29% para resorts, 22% para flats e 17% para Hotéis. Cerca de 50% dos investimentos estão localizados no litoral Sul, sobretudo em Porto de Galinhas (PDITS Polo Costa dos Arrecifes, 2012).

O PRODETUR/NE em sua primeira fase refletiu diretamente no cenário econômico, social e físico tanto positivamente, quanto negativamente. Quanto aos impactos econômicos, podemos citar a geração de emprego para as comunidades locais, pois, principalmente nessa fase onde os investimentos estavam voltados para a fixação de infraestruturas viárias, a mão de obra local foi imprescindível para a execução das obras.

Além disso, o Programa também acarretou um aumento na arrecadação de impostos em alguns municípios do Polo devido ao aumento do fluxo turístico nesses locais, tornando também o cenário favorável a investimentos turísticos, com um grande

aumento dos investimentos em empreendimentos turísticos e novos negócios complementares à atividade.

Contudo, a baixa qualidade na administração dos fluxos turísticos pelos municípios além da falta de políticas de gestão municipal não logrou êxito e para a segunda fase do Programa, tornou-se necessário mais rigor para a liberação dos repasses financeiros.

Em relação aos impactos sociais, o ponto principal observado foi o envolvimento da população local com essa nova atividade, a partir da absorção de parte dessa mão de obra no setor, não só na área da construção civil, mas na parte de serviços de suporte para a mesma. Esse envolvimento por parte da população local gerou um aumento na procura por cursos profissionalizantes que pudessem prepará-los para o mercado de trabalho.

Todavia, mesmo existindo esse acolhimento da mão de obra local, a atividade turística tem caráter segregador, quando se apropria do espaço e transforma-o para usufruto de pessoas exógenas ao lugar, acarretando em um processo de desigualdades sociais e espaciais para aqueles que ali residem.

Em se tratando dos impactos físicos (positivos e negativos) ocasionados ao desenrolar do programa, podemos listar:

- Melhoria das condições ambientais e Urbanas do Bairro do Recife (Polo de Lazer);
- Melhoria das Condições ambientais do Município de Rio Formoso;
- Melhoria no acesso aos municípios de Olinda e Paulista;
- Controle ambiental a partir do advento da Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (Tamandaré);
- Melhoria da acessibilidade à praia de Muro Alto (Ipojuca);
- Melhoria da acessibilidade aos municípios de Sirinhaém (PE-061) e Tamandaré (PE-076);

- Melhoria das instalações e ampliação do pavilhão de feiras do Centro de Convenções;
- Ameaças aos destinos turísticos devido à falta de instrumentos para gestão turística, urbana e ambiental;
- Agravamento de problemas ambientais na área costeira decorrentes da falta de saneamento ambiental adequado e ocupação desordenada do território;
- Manutenção dos problemas de acessibilidade viária ao aeroporto;
- Impacto ambiental ocasionado com a construção da Ponte sobre o Rio Aquirindá.
- Aumento da geração de resíduos sólidos nas destinações turísticas.

Após a realização da primeira fase do Programa, o Relatório Final elaborado pelo BNB, assim como o Relatório de Conclusão de Projeto elaborado pelo BID, serviu de subsídio para a implantação da segunda fase do PRODETUR/NE (Brasil, Banco do Nordeste, 2016).

A partir das regras estabelecidas para o PRODETUR/NE II, o Governo do Estado de Pernambuco ficou responsável pelo Polo Turístico Costa dos Arrecifes, formado pelos municípios de: Goiana, Itapissuma, Itamaracá, Igarassu, Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros, São José da Coroa Grande (Brasil, Banco do Nordeste, sem data).

Com base nas diretrizes correspondentes ao PDITS e nas negociações empreendidas entre os representantes do Estado, do BNB e do Mtur juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional foi definida a Matriz de Investimentos, foi previsto um investimento total equivalente a US\$ 125.000.000,00 para implementação do PRODETUR/NE II, onde desse valor total US\$ 75.000.000,00 (60%) ficaria a cargo do Governo do Estado e o BNB; US\$ 30.000.000,00 (24%) da parcela de contrapartida federal a cargo do MTur e US\$ 20.000.000,00 (16%) da contrapartida estadual (Brasil, Banco do Nordeste, sem data).

O Polo Costa dos Arrecifes constituído de 15 municípios contíguos entre si, além do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, ocupam uma faixa costeira de 187 km, com distância máxima de aproximadamente 120 km da capital Recife, considerado também como centro receptivo principal de turistas do Estado de Pernambuco (PDITS Polo dos Arrecifes, 2012).

A contiguidade dos municípios constituintes (com exceção de Fernando de Noronha) e a semelhança de produtos turísticos oferecidos, acabam fazendo com que eles atuem no cenário turístico estadual de maneira complementar. Os municípios compartilham não só da infraestrutura, mas da aptidão para o desenvolvimento de modalidades turísticas complementares como: turismo de lazer, turismo náutico, além do ecoturismo (PDITS Polo dos Arrecifes, 2012).

O PRODETUR/NE II tomou como alicerce alguns parâmetros que iriam definir as áreas de planejamento, dentro da área do Polo dos Arrecifes. Levou em consideração os municípios que integraram o PRODETUR/NE I e foram alvos (direta ou indiretamente) de seus impactos, onde, dos 15 municípios pertencentes ao Polo seis deles receberam investimentos provenientes do PRODETUR/NE I, são eles: Sirinhaém; Rio Formoso; Tamandaré; Ipojuca; Recife; Olinda e Paulista (PDITS Polo dos Arrecifes, 2012).

Esses municípios sofreram efeitos de ordem direta e/ou indireta das ações implementadas na primeira fase do Programa, portanto, para a segunda fase deveriam ser realizadas ações de maneira a complementar os projetos já iniciados durante a primeira fase, buscando uma continuidade nas ações. Além disso, também foi relevante para o Programa os municípios que constituem a Região Metropolitana do Recife e que fazem parte de uma mesma estrutura de planejamento, além de dispor de produtos turísticos compartilhados (PDITS Polo dos Arrecifes, 2012).

A RMR compreende em sua zona costeira os principais atrativos e equipamentos turísticos estruturados, em que são, em sua maioria, comercializados por agências e operadoras de turismo locais e advindas de outros lugares. Nesse contexto, sete

municípios se destacam quanto ao desenvolvimento da atividade turística nas últimas décadas: Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife, que apesar de possuírem funções turísticas diferenciadas entre si, em conjunto, estabelecem uma oferta turística integrada e complementar, compartilhando de produtos turísticos de lazer, de negócios, culturais; partilhando também de infraestruturas rodoviárias e marítimas (PDITS Polo dos Arrecifes, 2012).

Os municípios do litoral sul, por estarem interligados e muito próximos entre si, quando acontecem ações que acabem prejudicando os atrativos naturais de qualquer que seja, acaba impactando diretamente nos demais. Dentre os municípios abarcados pelo Polo, os que mais se destacam são: Fernando de Noronha, Recife, Olinda e Porto de Galinhas. Estas localidades são os principais atratores da demanda turística não só para Recife, mas para todo o Brasil (PDITS Polo dos Arrecifes, 2012).

2.3.1. Reflexos do PRODETUR/NE II no município de Tamandaré/PE

O município de Tamandaré encontra-se inserido no Polo Costa dos Arrecifes como visto anteriormente. Estruturado a partir dos investimentos em infraestruturas realizados ao longo das duas fases do PRODETUR/NE, os principais objetivos são: integrar toda a cadeia produtiva da região, potencializar das vocações locais e planejar o turismo de modo integrado e sustentável (Banco do Nordeste, sem data).

Sendo assim, o PDITS do Polo de Turismo Costa dos Arrecifes, foi elaborado com função de gerenciamento e norteador da política turística no mesmo. Concebido numa perspectiva integrada e abrangente, serve como base de orientação para o setor privado, na medida em que se utiliza de mecanismos de controle, acompanhamento e revisão periódica para assegurar a sustentabilidade de suas ações.

O Projeto Costa Dourada foi retomado durante as ações do PRODETUR/NE II, estavam previstos alguns projetos e ações que não foram concluídos e estão novamente contemplados nessa segunda etapa do programa:

1) Conclusão da obra da Via de Penetração Sul:

O projeto da via de penetração sul foi idealizado durante a primeira fase do PRODETUR/NE. Teve sua conclusão efetivada durante a segunda fase do programa e estava incorporado no montante de investimentos que seriam destinados a melhorias no transporte rodoviário.

Planejada com 8,2km de extensão, teve suas obras iniciadas no ano de 1998 e foi resultado das políticas públicas voltadas ao turismo, nesse caso o PRODETUR/NE, se tornando indutora do mercado imobiliário que via a Praia dos Carneiros como alvo para investimentos turísticos (Banco do Nordeste, sem data).

Foram destinados à execução da Via cerca de US\$1.401.286,82, sendo US\$1.310.361,22 provenientes do BID/BNB e o restante, US\$ 90.925,60, de contrapartida local (Banco do Nordeste, 2004).

2) Construção da ponte sobre o rio Ariquindá:

A ponte sobre o rio Ariquindá (Figura 16) também pertencente à proposta do Complexo Viário de Tamandaré (Figura 15), com cerca de 220m de comprimento, tinha como principal objetivo interligar Rio Formoso e Tamandaré, concretizando o que já havia sido iniciado pela introdução da Via de Penetração Sul.

A construção da ponte teve papel fundamental para o desvio efetivo do acesso ao município, já proposto pela Via de Penetração Sul, pois, permitiu a conexão entre a Via de Penetração Sul e a Via Litorânea de Carneiros, reduzindo em aproximadamente 17km o acesso à praia que até então era feito apenas pela PE-060 (Setur, 2009).

Com investimento total de US\$39.474,95 provenientes apenas do BID/BNB (Banco do Nordeste, 2004), as obras foram iniciadas em 2002 e só foram concluídas em 2012. Tal fato se deu devido a uma série de discussões por questões ambientais que envolveu, desde os gestores de Tamandaré, aos pescadores locais, que se colocaram contra o projeto devido à ausência de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e,

consequentemente, um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para a execução da obra, acarretando no embargo da construção na tentativa de que os agentes responsáveis pela obra fornecessem uma alternativa de menor impacto para o local, resultando na proposta do Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré (PNMFT) (Lima, 2006).



Figura 15: Imagem esquemática da conexão entre a Via de Penetração Sul (Trecho e a ponte sobre o rio Ariquindá, com extensão de 220m, desaguando na Via Litorânea de Carneiros.

Fonte: http://www.dpnet.com.br/midia/info/popup_carneiros.html

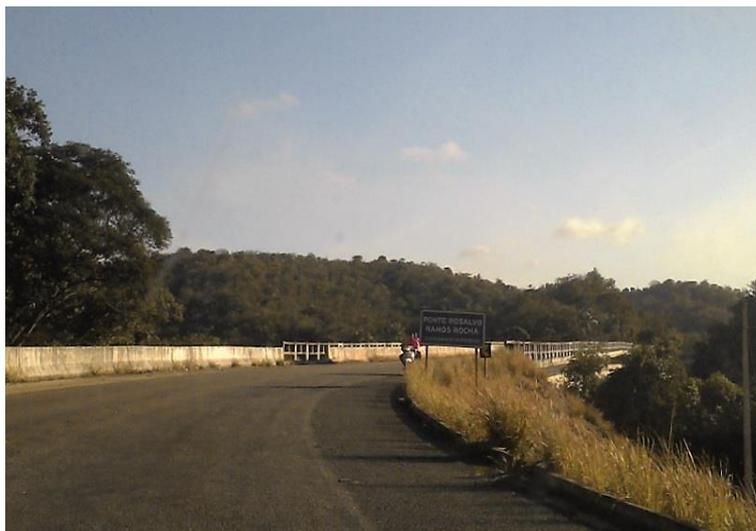


Figura 16: Ponte sobre o rio Ariquindá que conecta a Via de penetração Sul e a Via Litorânea de Carneiros.

3) Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré:

A ideia do Parque teve início em 2000, quando se discutiu no Conselho de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), com representantes do Governo do Estado de Pernambuco, da Unidade Executora Estadual (UEE) de Tamandaré e atores locais (pescadores, agricultores), os impactos causados pelas obras do PRODETUR/NE I, na área do Centro Turístico de Guadalupe, que nesta sua primeira etapa baseava-se, especialmente, na instalação de infraestrutura viária para essa região. O objetivo era de debater sobre os impactos causados e cobrar ações para minimizar e evitar futuros impactos gerados pelo Programa (Instituto Recife Costeiro, sem data).

O município conseguiu embargar as obras do PRODETUR/NE devido à falta de Estudos de Impacto Ambiental específicos para cada etapa das obras e as discussões geradas culminaram em um acordo firmado entre as partes, que resultou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a adoção de medidas que pudessem amenizar os impactos ambientais, além de medidas que compensassem os danos que já haviam sido causados. Além disso, também foram acordadas medidas preventivas para a segunda etapa do programa PRODETUR/NE (Instituto Recife Costeiro, sem data).

Uma dessas medidas “compensatórias” foi a da criação de uma unidade de conservação de proteção integral, cujo domínio fosse público. Sendo assim, em 2002,

o Projeto Recifes Costeiros elaborou um documento onde se definiram os fatores que levaram a definição de um parque natural municipal na área do Forte Santo Inácio de Loyola (Figura 17) e no entorno, incluindo a área marinha para recuperação dos recifes de coral, foram eles (Instituto Recife Costeiro, sem data). São eles:

- Importância histórica e ambiental de Tamandaré;
- Pesquisas realizadas pelo Projeto Recifes Costeiros desde 1998;
- A existência do Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros do litoral Nordeste – CEPENE/IBAMA
- Necessidade de integração do Forte Santo Inácio de Loyola com a comunidade local;
- Existência das Unidades de Conservação: Reserva Biológica Saltinho, Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais e Área de Proteção Ambiental de Guadalupe;
- Necessidade da recuperação do Forte de Tamandaré (patrimônio histórico).



Figura 17: Atualmente o Forte Santo Inácio de Loyola encontra-se em processo de requalificação, resultado da proposta do Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré, iniciado em 2000, porém as obras só foram ter início em 2015.

Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

Após a proposta ter sido aprovada pelo COMDEMA e pelo poder Executivo Municipal, em 2003 surge o Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré cujas ações seriam concretizadas pelo PDITS do município, que projetou um custo de US\$ 570.000,00 para recuperação do Forte e implantação do parque (Instituto Recife Costeiro, sem data).

O PNMFT abrange uma área marinha e outra continental (sob de domínio da Marinha do Brasil). Uma parte dessa área marinha está inserida na APA Costa dos Corais sendo do IBAMA a responsabilidade pela administração, fiscalização e gestão. Os principais objetivos do parque foram:

- Manutenção da integridade do patrimônio histórico-cultural do Forte de Tamandaré;
- Requalificar área pública onde está inserido o Forte;
- Preservação da biodiversidade da Baía de Tamandaré;
- Incentivar a preservação ambiental e do patrimônio histórico-cultural por parte da população local e turística;
- Possibilitar o desenvolvimento de pesquisas e programas voltados para a educação ambiental.

4) Construção da Via Litorânea dos Carneiros:

A construção da Via Litorânea de Carneiros (Figura 18) teve um investimento total de US\$695.985,09, sendo US\$693.538,38 do BID/BNB e US\$ 2.446,71 de contrapartidas locais (Banco do Nordeste, 2004). A proposta de construção dessa via visa contemplar os lotes existentes na Praia dos Carneiros para que o fluxo de chegada dos visitantes possa acontecer no sentido da PE-76 ou no sentido da Via de Penetração Sul e está conectada diretamente com a ponte sobre o rio Ariquindá e com a via de contorno de Tamandaré.

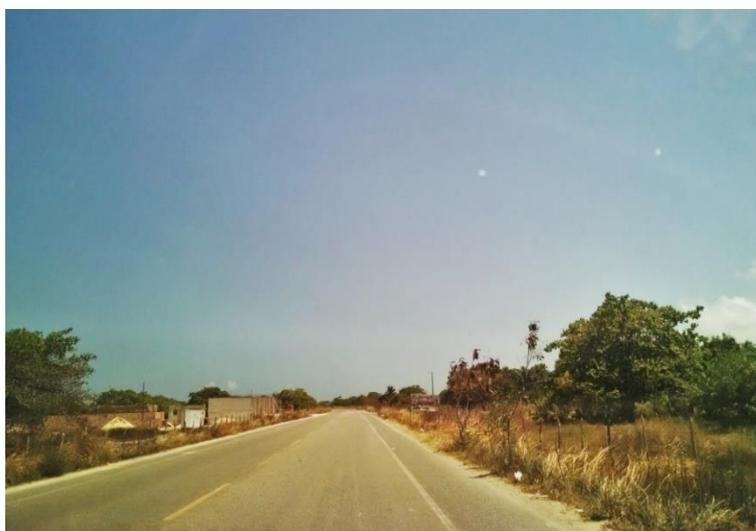


Figura 18: Via litorânea de Carneiros.

Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

5) Recuperação da PE-76:

Investimento total de US\$ 405.738,98 4 totais, sendo US\$248.725,79 do BID/BNB e US\$ 157.013,19 contrapartidas locais (Banco do Nordeste, 2004). A via servia e ainda serve de acesso direto ao município pelo centro, encontrando-se com a via de contorno de carneiros que permite ao usuário a chegar na Praia dos Carneiros pela Via litorânea dos Carneiros, sem precisar adentrar o município.

6) Via de contorno de Tamandaré:

A via (Figura 19) possui cerca de 5,5km de extensão, e teve investimento avaliado em aproximadamente US\$500.000 (Banco do Nordeste, 2004), complementando a estrutura viária proposta para o CT-Guadalupe, servindo como conexão da Via Litorânea dos Carneiros com a PE-76. (PDITS Polo Costa dos Arrecifes, 2012).

Após as discussões geradas pelo COMDEMA, além do embargo da construção da ponte sobre o rio Ariquindá, todas as obras ligadas ao projeto viário no CT - Guadalupe, foram suspensas e só foram retomadas após a assinatura do TAC, citado anteriormente.



Figura 19: Via de contorno de Tamandaré.

Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

O PRODETUR/NE (I e II) buscou atuar no direcionamento de investimentos relacionados ao incentivo e desenvolvimento do turismo no município, especialmente em relação à implantação de infraestrutura básica e turística, com obras de saneamento, melhoria nos acessos viários, construção de pontes, objetivando a viabilização do desenvolvimento do turismo em Tamandaré.

Apesar da proposta do PRODETUR/NE II em intensificar ações voltadas para a população local, é possível observar no município que as ações continuam voltadas para preparar o lugar para o turista, antes mesmo de se fornecerem boas condições de vida aos moradores.

Ainda são priorizados investimentos em infraestrutura turística em detrimento das necessidades básicas das comunidades locais, com investimento em ações que afetam os espaços litorâneos na medida em que a produção e o consumo do espaço pelo turismo ocorrem de forma alheia à realidade local.

O repasse de recursos para o município de Tamandaré mostram-se direcionados para obras de infraestrutura viária e de acesso, visando prioritariamente o desenvolvimento da atividade turística. Tal fato pode ser notado quando se observa a produção do espaço na Praia dos Carneiros que iremos tratar no capítulo a seguir.

3. DESDOBRAMENTOS DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ/PE

O presente capítulo visa discutir como aconteceu o processo de urbanização do município de Tamandaré e a dinâmica turística no mesmo, buscando compreender como o turismo tem atuado como agente produtor do espaço, acarretando em um processo de transformação tanto físico como social da região.

3.1. Localização e acessibilidade

O município de Tamandaré possui uma área de 214,307 km² (IBGE, 2010) e limita-se, ao Sul, com o município de Barreiros; ao Norte, com o município de Rio Formoso; a Leste, com o Oceano Atlântico; e, a Oeste, com o município de Água Preta (Figura 20).

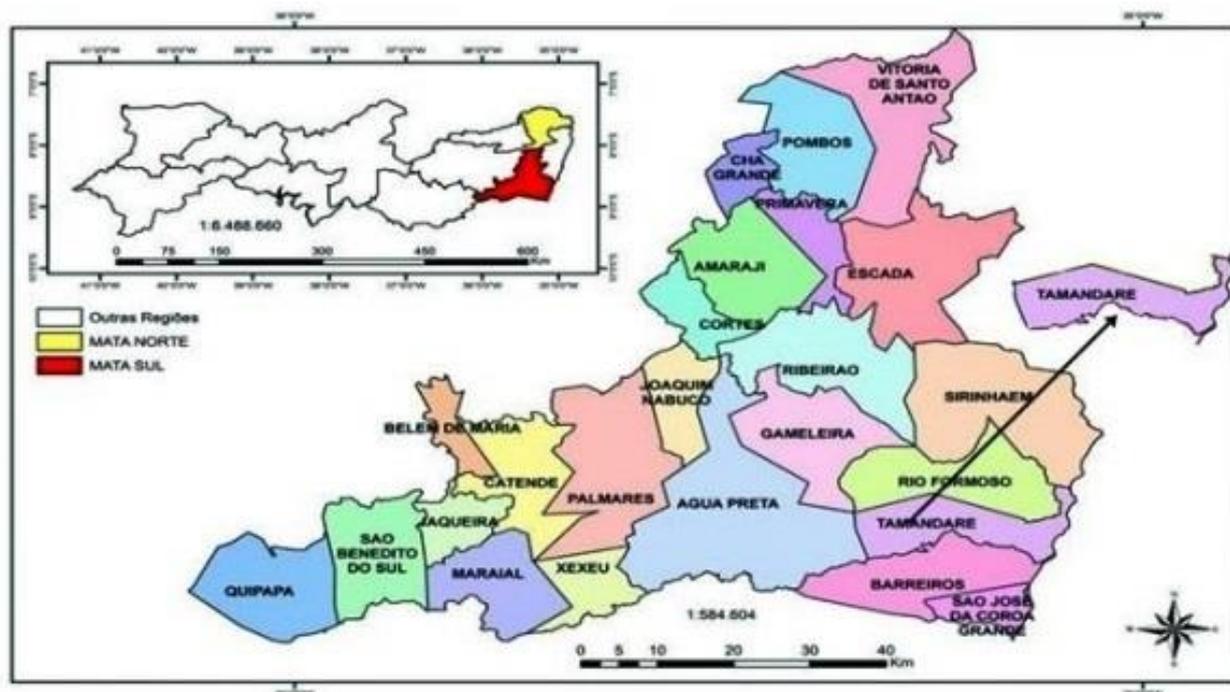


Figura 20: Divisão territorial dos municípios da Mata Sul de Pernambuco.

Fonte: ZAPE-EMBRAPA, 2009.

A partir da divisão político-geográfica do estado, Tamandaré insere-se na Mesorregião da Mata Pernambucana e Microrregião da Mata Meridional, ou litoral Sul (IBGE, 2000). Além da divisão político-geográfica, Pernambuco também se divide em Regiões de Desenvolvimento, estratégia adotada pelo Governo do Estado que visa à promoção do desenvolvimento regional e local, através da integração de territórios produtivos e da desconcentração dos benefícios do desenvolvimento, traduzindo-se numa

proposta de administração descentralizada e decisões compartilhadas (CONDEPE/FIDEM, 2006).

O município integra a Região de Desenvolvimento da Mata Sul (Figura 21), caracterizada pela produção da cana-de-açúcar e mais recentemente pelo setor de serviços e, em particular, o turismo.

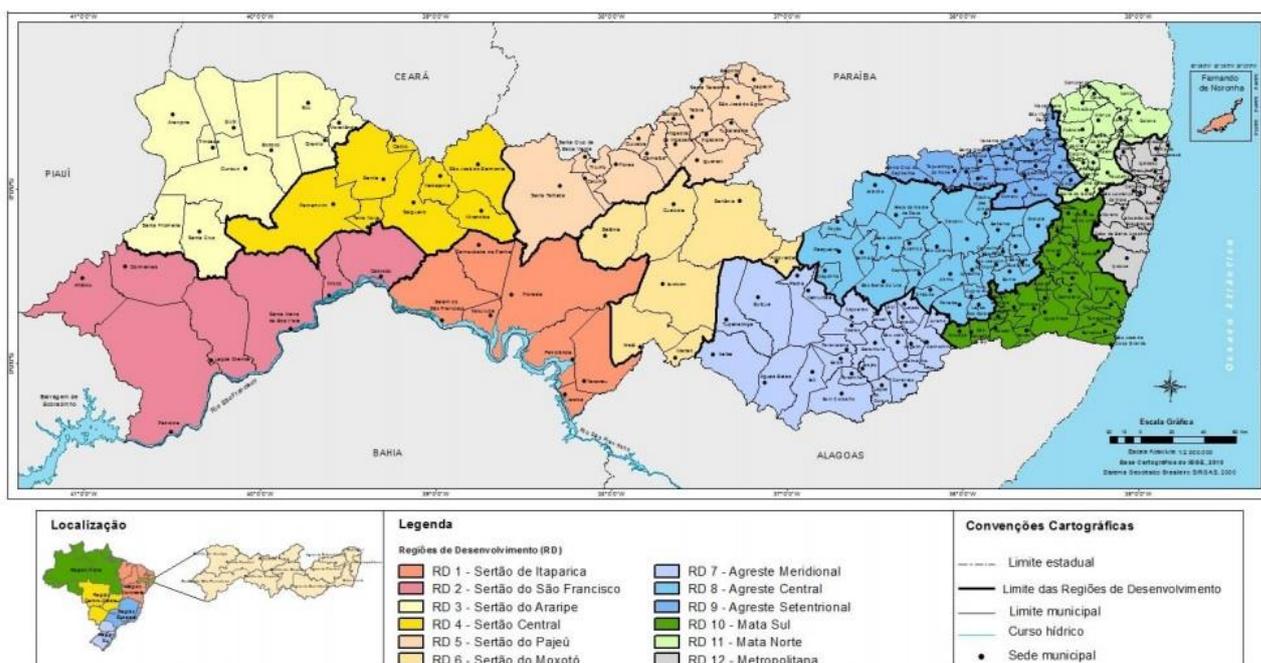


Figura 21: Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco.

Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2011.

O município dista 104,9 km do Recife (CONDEPE/FIDEM, 2016), capital pernambucana e tem aproximadamente 20.745 habitantes (IBGE, 2010), perfil econômico baseado na agropecuária, especialmente o cultivo da cana-de-açúcar, e no turismo.

O território do município é estruturado por dois distritos: o distrito de Tamandaré (sede), com predomínio da população urbana e o distrito de Saué, em que predomina a população rural. O distrito de Tamandaré localiza-se na faixa litorânea e apresenta uma expansão imobiliária que é impulsionada pelo turismo. Possui uma orla que compreende cinco praias: dos Carneiros, de Campas, de Tamandaré, do Pontal do Lira e da Boca da Barra. As suas principais vias de acesso são através da BR-101 Sul, uma das vias mais importantes, pois, representa o eixo do turismo do Nordeste;

a PE-60, e para acesso direto ao município, a PE-76 e a Via de Penetração Sul (Figura 22).

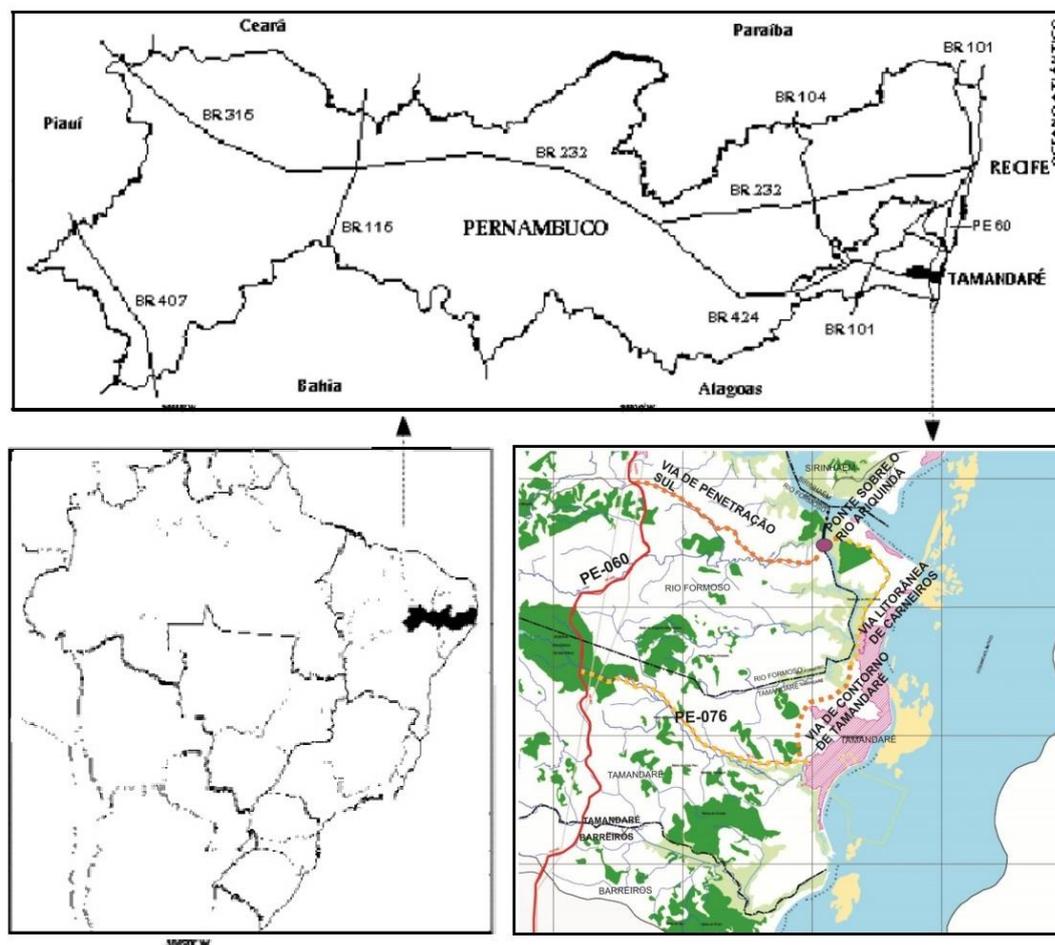


Figura 22: Principais vias de acesso ao município de Tamandaré
Fonte: Tamandaré, 2011.

3.2. Do Porto ao Turismo

O início da ocupação do litoral Sul Pernambucano remonta ao século XVI, com a chegada dos portugueses que passaram a estabelecer uma diversidade de engenhos no território da Mata Sul, tratava-se da passagem do *meio natural* ao *meio técnico*, ainda que bem lentamente.

O povoamento do município em sua área urbana foi guiado pelo surgimento de três construções históricas (Figura 23), até hoje existentes no município, são elas: o Forte de Santo Inácio de Loyola, localizado na Praia de Boca da Barra; a Igreja de São José de Botas que fica na Praia de Tamandaré e a Igreja de São Pedro, na Praia de Campas (Jornal Grande Litoral, 2014).

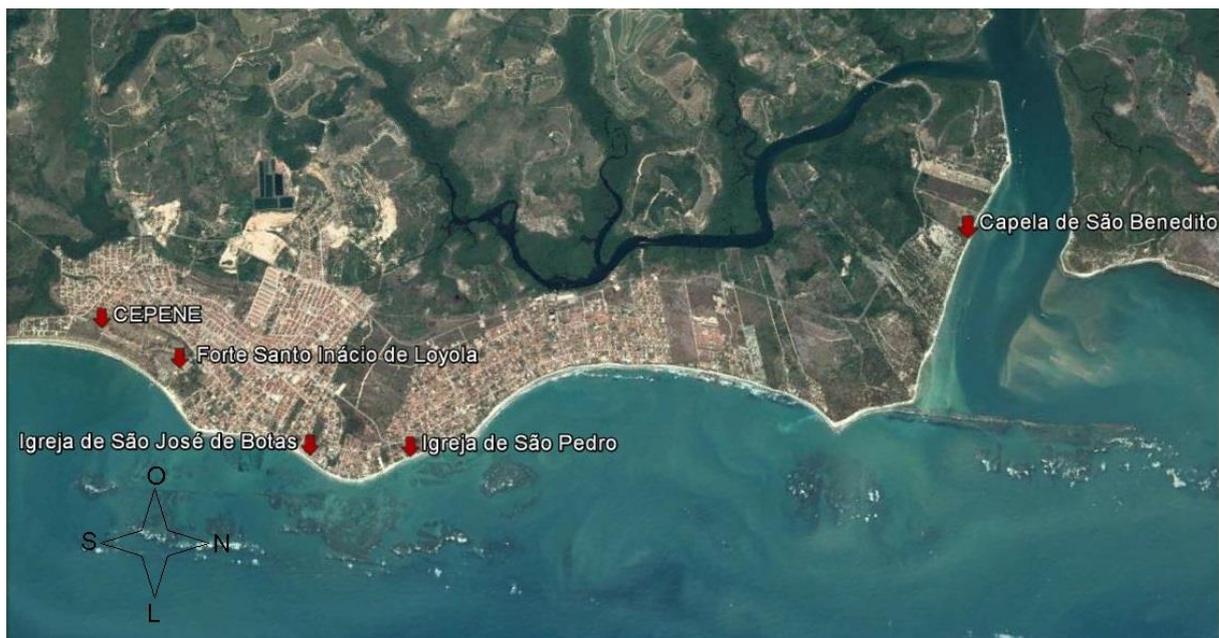


Figura 23: Localização das principais construções históricas.
 Fonte: Google Earth, 2016. Organizado por Isadora Baía, 2016.

O Forte de Santo Inácio de Loyola (Figuras 24 e 25) data da segunda metade do século XVII e foi construído com intuito de proteger o local dos ataques dos holandeses, além de servir de proteção para as embarcações portuguesas que atracavam no Porto de Tamandaré. Ao longo dos anos foi palco de diversos acontecimentos históricos, acarretando na necessidade em salvaguardar sua existência (Instituto Recife Costeiro, sem data), correspondendo às **rugosidades** na produção do espaço, segundo a ótica de Milton Santos.



Figuras 24 e 25: Forte de Santo Inácio de Loyola à direita mostrando suas características originais, e à esquerda após processos de reformas.

Fonte: Guia de Tamandaré, sem data; Governo de Pernambuco, sem data.

Em 1981, o Departamento de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural de Pernambuco solicitou à Fundação Pró-memória a análise de um inventário

realizado por eles que versava sobre a cultura praieira de Tamandaré, além de uma proposta de reutilização do Forte. Já em 1983, o então prefeito de Rio Formoso, pleiteia o tombamento do Forte a nível estadual, fato que só veio a ser levado em frente no ano de 1997 pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

O tombamento do Forte de Tamandaré só se efetiva em 1998, sob responsabilidade do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, de acordo com a Lei nº 7970/1979, através do Decreto nº 20914/1998, tornando-se então o principal referencial urbano do município por ser o único monumento dessa natureza tombado a nível Estadual.

O povoamento inicial das áreas que correspondem às praias de Boca da Barra, atualmente o centro da cidade de Tamandaré, de Tamandaré (entorno da Igreja de São José de Botas – Figuras 26 e 27) e a de Campas (próxima a Igreja de São Pedro- Figura 28), sofreu grande influência dos trabalhadores das propriedades rurais vizinhas (engenhos de cana-de-açúcar, sítios de cocos e dos pescadores). Estas áreas acabaram sendo palco da instalação de diversos equipamentos comerciais, os **objetos técnicos** ao qual se refere Santos, pelo fato de estarem próximas ao Porto e também do antigo Lazareto (Guia Local, sem data).



Figuras 26 e 27: Igreja de São José de Botas em 1960 (à esquerda) e atualmente (à direita) em elevado estado de degradação.

Fonte: Alcir Lacerda, 1960; Isadora Baía, 2016.



Figura 28: Igreja de São Pedro, localizada entre as praias de Tamandaré e Campas.
Fonte: Clarisse Lima, 2006.

O Porto de Tamandaré possuiu intensa movimentação da segunda metade do século XVI até o início do século XX, principalmente com as cargas de açúcar, porém, no final do século XIX, com a abertura de estradas de ferro e de rodovias, que passaram a transportar o açúcar da região até o Porto de Recife, o Porto de Tamandaré acabou entrando em decadência, perdendo sua finalidade (Jornal Grande Litoral, 2014).



Figura 29: Lazareto de Tamandaré quando funcionava como hospital para os enfermos.
Fonte: <http://cafehistoria.ning.com/photo/tamandare-pe-1907-lazareto?context=user>

O Lazareto (Figura 29), outro **objeto técnico** surgido ainda no início da produção do espaço em Tamandaré, funcionou ativamente entre os anos de 1900 e 1915, após

isso a área abrigou uma diversidade de usos, como: o Patronato Agrícola João Coimbra; a Escola de Pesca de Tamandaré; o curso de pesca da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A partir de 1983, passa a sediar, até os dias atuais, o Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira (CEPENE) (Figuras 30 e 31), de responsabilidade do IBAMA (Jornal Grande Litoral, 2014).



Figuras 30 e 31: Área da CEPENE em 1983 (em Preto e Branco) e em 1998.

Fonte: Publicação CEPENE/ Arquivo Antônio Luciano

A Praia dos Carneiros teve sua ocupação datada na década de 1570, sendo o primeiro local em Tamandaré a servir de palco de batalhas entre donatários das capitanias de Pernambuco e do Maranhão. No século XVII foi construída a Igreja (ou Capela) de São Benedito (Figura 32), também até hoje existente no local e um dos principais pontos turísticos locais (Guia Local, sem data).



Figura 32: Igreja de São Benedito, localizada na Praia dos Carneiros.

Fonte: Evandro Domingos, 2012.

Todo esse processo de ocupação aos poucos foi dando origem a Vila de Tamandaré, pertencente ao município de Rio Formoso, que durante toda a primeira metade do século XX manteve-se como uma pequena vila formada por agricultores e pescadores (Figuras 33 e 34). Segundo Barbosa (1944 *apud* Lima, 2006), “na década de 1940, as habitações em Tamandaré, na sua maioria, eram de palha, algumas de taipa e muito poucas de alvenaria”.



Figuras 33 e 34: Barcos de pescadores ao longo das praias de Tamandaré e Campas.
Fonte: Alcir Lacerda, 1960.

Sendo assim, é possível perceber que durante muito tempo, o território de Tamandaré permeou o “*meio natural*” ressaltado por Santos (2001), já que existiu por um longo período a predominância da paisagem natural em relação às ações humanas que se desdobravam nela, com a manutenção, por exemplo, de um modo de produção voltado para subsistência, com o cultivo do coco, da banana, a pesca, etc.

Porém, esse quadro começa a se alterar a partir da década de 1950, quando as maiores mudanças no processo de ocupação de Tamandaré ocorrem de maneira mais acelerada, marcando a consolidação da prática do veraneio na sua faixa litorânea. Nesse período foi instalado o primeiro empreendimento turístico da localidade, o Hotel Tamandaré (Lima, 2006).

De acordo com o Plano Diretor de Tamandaré (2000 *apud* Lima 2006) as residências de veraneio passaram a se instalar entre os núcleos urbanos de Tamandaré e de Campas e, posteriormente, foi se estendendo por todo o litoral, especialmente na direção da Praia dos Carneiros, que só possuiu um processo de urbanização mais

contido devido a presença de uma fazenda de cocos que conteve momentaneamente a expansão dos loteamentos.

“Tamandaré era uma imensa campina. Não havia nenhum tipo de transporte diretamente à Vila. Ao viajar para outros municípios, ia-se a pé ou a cavalo até o engenho Mamucabas, onde se aguardava por um ônibus em estado lastimável e em dias marcados. Campinas de Tamandaré era um povoado pobre. A vida econômica dependia da produção de cocos e peixes. [...] Tamandaré possuía casas melhores, onde algumas famílias de Ribeirão, Cucaú, Rio Formoso, Recife e Barreiros passavam o verão. Nessa estação do ano, a Vila era um celeiro de frutas saborosas, além de adquirir alegria e vida com a chegada dos veranistas, em caminhões e carros que passavam buzinando e seus ocupantes cantavam alegremente. O término do verão trazia muita tristeza para o povoado”.

(Oliveira, 1967; Santos, 2000 *apud* Lima, 2006).

Até o início da década de 1970, o distrito de Tamandaré ainda possuía uma baixa densidade demográfica e não possuía muita influência econômica para o Estado de Pernambuco. Porém, devido à crescente demanda por casas de veraneios, propiciada pela rodoviarização que passava o país, Tamandaré, gradativamente vai se enquadrando no cenário econômico turístico.

A partir dos dados estatísticos do IBGE (1991, *apud* Lima, 2006), pode-se observar esse processo com a análise da evolução da população urbana e rural ao longo das décadas de 1950 a 2010 (Tabela 06), constatando tanto o crescimento, como a inversão do perfil demográfico, que até então possuía uma população rural superior à urbana, a lembrar que Tamandaré até o ano de 1995 pertencia a Rio Formoso.

População	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Urbana	886	2.060	2.400	3.177	4.352	11.548	15.170
Rural	2.016	4.330	3.310	2.929	3.801	5.733	5.545
Total	2.882	6.390	5.710	6.106	8.153	17.281	20.715

Tabela 06: Relação da população residente em áreas rurais e urbanas entre as décadas de 1950 a 2010, demonstrando o aumento da densidade demográfica.

Fonte: Clarisse Lima, 2006. Organizado por Isadora Freitas Baía, 2016.

O aparecimento dos primeiros condomínios foi de fundamental importância para o crescimento turístico da área, sendo o Prive Tamandaré o primeiro a ser construído no ano de 1977 (Lima, 2006).

Os novos empreendimentos turísticos, além do gradativo aumento nas segundas residências causou um crescimento no setor terciário e a consequente ampliação da empregabilidade no mesmo. Dessa forma, com a oferta de novos empregos, entre as décadas de 1980 e 1990 registrou-se um grande aumento na população urbana da área, enquadrando Tamandaré em um novo período, o “*meio técnico*”, mostrando a substituição de antigos modos de produção por novos, para atender à essa nova demanda exigida pela atividade turística.

O surgimento de loteamentos populares (Figura 35) como: Estrela do Mar (Figura 36), Rio Formoso, Boca da Barra, resultantes das políticas habitacionais promovidas pelos governos municipal e estadual, acabou estimulando a imigração de diversas famílias das áreas vizinhas, para Tamandaré, em busca de oportunidades de trabalho.

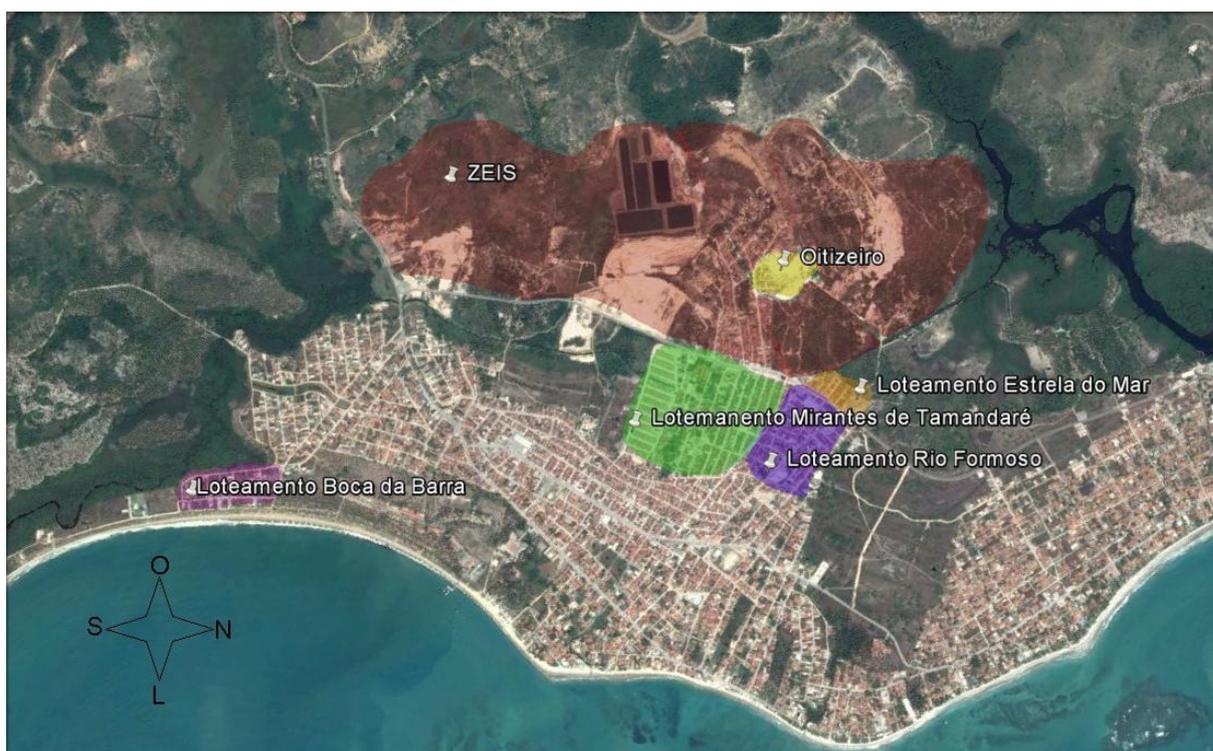


Figura 35: Localização dos loteamentos no município de Tamandaré.

Fonte: Google Earth, 2016. Organizado por Isadora Freitas Baía, 2016.



Figura 36: Loteamento Estrela do mar.
Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

Além dos loteamentos regulares, algumas ocupações urbanas irregulares marcam o cenário urbano de Tamandaré, como o Bairro do Oitizeiro (Figura 37). Nessas ocupações desordenadas, as condições de vida são bastante precárias, visto que não há investimentos provenientes dos poderes públicos voltados para essas comunidades. A ocupação do oitizeiro está localizada em uma área com grande potencial paisagístico por ser tratar de um mirante natural e que, infelizmente, não é aproveitado como atrativo turístico.



Figura 37: Bairro do Oitizeiro.
Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

A partir da década de 1990, em decorrência da liberalização econômica em que o Brasil estava passando trazendo a necessidade de ações que pudessem atrair capital estrangeiro para o país, as políticas públicas voltadas ao turismo ganharam forças e Tamandaré torna-se palco de uma entrada maciça de investimentos em infraestruturas urbanísticas a função do turismo e a consequente especulação imobiliária, podendo destacar-se como o **evento** principal que possibilitou o estabelecimento do turismo na localidade o PRODETUR/NE em suas duas fases.

Nesse período, os atores hegemônicos já conhecidos (Estado e mercado) através do PRODETUR/NE, determinam suas **verticalidades** mais marcantes na área. Isso fez com que ocorresse uma dinamização da construção civil, devido ao fato de na primeira fase do Programa, o foco era justamente a instalação de infraestruturas urbanas de apoio à atividade turística ao longo do município.

A introdução de novos objetos técnicos, qual seja a instalação do Complexo Viário de Tamandaré (Via de Penetração Sul, Ponte sobre o rio Ariquindá, via litorânea de Carneiros e Via de contorno de Tamandaré), pertencente à proposta do CT-Guadalupe, causou diversos impactos no território do município.

O primeiro deles acabou acarretando na consolidação do Parque Nacional Municipal do Forte de Tamandaré, citado anteriormente como resultado de impactos ambientais gerados nas obras das vias propostas pelo PRODETUR/NE I e continuadas pelo PRODETUR/NE II. O Parque acaba definindo a principal **rugosidade** existente no município, pois, preserva objetos que foram introduzidos no espaço em épocas passadas e fazendo-os perdurar até os dias atuais, ratificando o que Milton Santos defende sobre a perpetuação dos objetos por décadas seguintes, sem que isso gere conflito com os novos objetos introduzidos.

Além de uma rugosidade, o projeto do Parque, também pode ser entendido como uma **horizontalidade**, reflexo das ações tomadas pelos atores hegemônicos e que não contemplavam a participação dos atores locais. Dessa forma, o Parque surgiu como

resultado das pressões feitas por esses atores locais (COMDEMA, Prefeitura de Tamandaré, pescadores, agricultoras, etc.), que buscavam pressionar os atores hegemônicos de maneira que eles passassem a ter obrigatoriedade em considerar em suas ações a população que ali residia e não apenas a atividade turística.

Além disso, outra consequência ocasionada pela ação do PRODETUR/NE no espaço de Tamandaré, foi o aumento considerável das casas de segundas residências, a expansão das redes hoteleiras, dos *flats*, *resorts*, pousadas, ou seja, dos meios de hospedagem voltados à atividade turística.

A partir daí, cada vez mais outros equipamentos voltados ao turismo começam a se instalar no município, como é o caso das marinas (Figuras 38, 39 e 40), que chegam para dar suporte às atividades marítimas, como passeios de barcos, catamarã, serviços oferecidos muitas vezes pelos próprios empreendimentos turísticos existentes no local (*resorts*, restaurantes, etc.), ou simplesmente para abrigar embarcações de usuários do município, principalmente os de segundas residências.



Figura 38: Localização das Marinas das Campas e dos Carneiros.

Fonte: Google Earth, 2016. Organizado por Isadora Freitas Baía, 2016.



Figuras 39 e 40: Foto da Marina das Campas (à direita) localizada na orla da praia de Campas e a Marina dos Carneiros (à esquerda), localizada na Via Litorânea dos Carneiros.

Fonte: Clarisse Lima, 2006; Isadora Freitas Baía, 2016.

A consolidação da área como destino turístico acarretou em sua emancipação em 1995, através da Lei nº 11.257 de 28/09/1995, deixando de ser distrito de Rio Formoso e assumindo o caráter de município (Tamandaré, 2001 *apud* Lima, 2006) e, dessa forma, assume a responsabilidade de administrar essa grande demanda populacional de residentes fixos e temporários, que vão se instalando no município em áreas distintas.

A população atual do município é de 20.715 pessoas (IBGE, 2010), desse total, 15.170 moradores localizam-se na área urbana do município (**áreas luminosas**) e os 5.545 restantes na área rural (**áreas opacas**). Os residentes fixos se concentram principalmente na área urbana do município, onde se encontra também praticamente todos os serviços e o comércio local, distribuídos na Avenida José Bezerra Sobrinho e na Avenida Leopoldo Lins (Figuras 41, 42, 43 e 44), que acabaram formando os principais eixos comerciais da área.

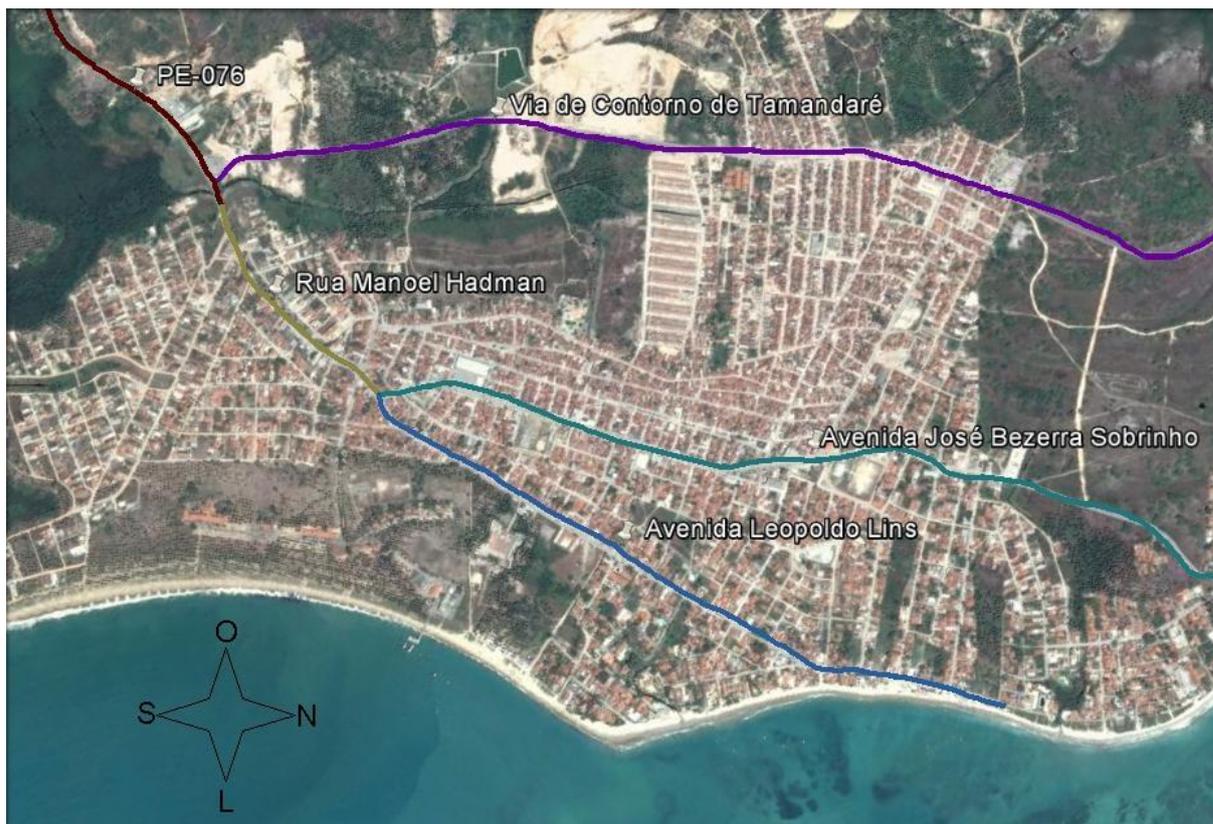


Figura 41: Localização dos principais eixos viários comerciais, a Avenida José Bezerra Sobrinho e a Avenida Leopoldo Lins.

Fonte: Google Earth, 2016. Organizado por Isadora Freitas Baía, 2016.



Figuras 42 e 43: Disposição de serviços oferecidos ao longo da Avenida José Bezerra Sobrinho.

Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.



Figura 44: Disposição de serviços oferecidos ao longo da Avenida Leopoldo Lins.
Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

Já a população flutuante (ou população temporária), é representada pelos veranistas e turistas que, em sua maioria, utilizam o espaço litorâneo de Tamandaré nos períodos de alta (janeiro, fevereiro, novembro e dezembro), quando a população pode chegar a 100 mil pessoas (TJPE, 2008).

Ao percorrer o município é possível ver a mudança nas tipologias construtivas, demonstrando uma clara divisão territorial entre as populações fixas e temporárias. No sentido da Praia de Boca da Barra até a Praia de Tamandaré, por exemplo, ocorre uma concentração maior de residências fixas, podendo ser notada pela dinâmica mais movimentada dessas áreas, concentração de serviços, além das características infraestruturais mais simples das residências existentes, demonstrando um caráter mais popular do município nesse setor.

Os domicílios permanentes de uso ocasional, como são chamadas as casas destinadas à estadia temporária com motivo de lazer, se dispõem principalmente ao longo da Praia de Campas, que possui aproximadamente 4,7 km de extensão (Guia de Tamandaré, sem data), formando um corredor importante de segundas residências. Nela é possível de encontrar também condomínios e pousadas que, na maior parte do ano, encontram-se quase sem uso (temporadas de baixa estação). Tal fato torna-se explícito devido à presença de inúmeras placas de “vende-se” ou “aluga-se” existentes por todo o caminho, tornando essa área bastante deserta e com fluxo quase inexistente de pessoas e serviços. Além disso, as infraestruturas das

edificações começam a mudar, com o predomínio de residências de caráter mais “elitistas”, com melhor distribuição de água, energia elétrica, esgotamento sanitário.

Essa densidade construtiva pequena se estende para a Praia dos Carneiros, onde o processo de urbanização foi induzido devido principalmente ao Projeto Costa Dourada, financiado pelo PRODETUR/NE. A praia ainda conserva uma grande porção de paisagem natural, porém, mesmo conservando algumas características naturais, essas paisagens já exprimem uma introdução das ações humanas, com a modificação das funções, significações e valores ali existentes, o que resulta em um espaço formado por um conjunto de elementos naturais e artificiais.

Tal fato pode ser constatado principalmente quando analisamos os sítios existentes ao longo da Praia dos Carneiros, vastos terrenos que abrigavam e abrigam até os dias de hoje fazendas de cocos. Contudo, com a introdução da atividade turística nessa área, esse modo de produção foi sendo substituído pelos equipamentos de hospedagem. Hoje, quase todos os sítios presentes no local fornecem serviços de hospedagem para o turista, abandonando a agricultura do coco, uma das atividades econômicas principais durante todo o processo de ocupação do município.

Mesmo sendo abrangida por legislação de uso e ocupação do solo específica, por estar inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, a região de Carneiros tem importante papel na expansão de equipamentos imobiliários voltados ao turismo. Nela estão localizados os terrenos e casas com valores de m² mais altos, com tipologias voltadas para as redes hoteleiras, *resorts* e *flats*, pousadas, além de alguns condomínios particulares. A chegada de grandes construtoras na região, como a Moura Dubeux e Conic, foi e continua sendo determinante na exploração desse espaço costeiro.

3.2.1. Uso e ocupação do solo na Praia dos Carneiros

A Praia dos Carneiros possui uma extensão com cerca de 7 km (Guia de Tamandaré, sem data) e apresenta ainda características bem conservadas de seus elementos

naturais, com paisagem marcada pela presença dos coqueirais, fato que acabou assegurando a ocupação tardia da área.

Encontra-se delimitada, ao Sul, pela praia de Campas; ao Norte, pelo rio Formoso; a Leste, pelo Oceano Atlântico e, a Oeste, pelo rio Ariquindá e tem seu percurso marcado pela grande diversidade de elementos naturais e culturais, como a Capela de São Benedito, construída no século XVIII, sendo uma rugosidade importante da praia. Tais elementos compõem o conjunto paisagístico do espaço turístico da praia dos Carneiros e torna a localidade alvo de investimentos externos e internos. A área está abrangida por dois grandes projetos de conservação ambiental, sendo um a nível federal, a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, e outro, estadual, a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe.

A APA de Guadalupe, instituída pelo Decreto Estadual nº 19815/97, abrange os municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros e surge como proposta durante a criação do Centro Turístico de Guadalupe, na primeira fase do PRODETUR/NE, com objetivo de regulamentar o uso do solo, tanto na área de abrangência do CT, como nas áreas adjacentes a ele.

A partir desse zoneamento, a praia dos Carneiros fica inserida na Zona de Turismo, Veraneio e Lazer (Figura 45), cujo objetivo (Tabela 07) se constitui na promoção do desenvolvimento sustentável do território pernambucano, permitindo, dentro de suas delimitações, atividades que sejam realizadas de forma sustentável, voltados para a proteção e conservação de ecossistemas naturais, da biodiversidade, visando à melhoria da qualidade de vida da população, e assim, a perpetuação da região. Dessa forma, é incumbido ao Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município a responsabilidade de definir os parâmetros de ocupação do seu território.



Figura 45: Localização da Zona de Uso Hoteleiro.

Fonte: Google Earth, 2016. Organizado por Isadora Freitas Baía, 2016.

ZONA	ÁREA		CARACTERÍSTICAS GERAIS
	ha	%	
MARÍTIMA	12.409,20	28,2	É integrada pela área dos recifes areníticos e trecho da plataforma continental, em grande parte se sobrepondo à APA Costa dos Corais. Inclui área de proteção integral definida como Subzona de Uso especial.
TURISMO, VERANEIO E LAZER	3.195,99	7,3	Abrange a área de maior intensidade ocupacional da APA de Guadalupe, incorporando o núcleo urbano de Tamandaré, inclusive a Praia dos Carneiros, loteamentos litorâneos de Sirinhaém e ainda parte de Rio Formoso.
RURAL DIVERSIFICADA	22.895,02	52,1	Integrada pela maior parte de zona rural da APA de Guadalupe, onde se desenvolvem atividades agropecuárias diversas juntamente ao predominante cultivo da cana-de-açúcar. Engloba também o núcleo urbano de Rio Formoso. Abriga numerosos fragmentos da floresta ombrófila e abrange todo entorno da Reserva Biológica de Saltinho.
PROTEÇÃO ESTUARINA E ECOSISTEMAS INTEGRADOS	4.791,35	10,9	É composta por suas subzonas, correspondentes aos dois estuários existentes na APA de Guadalupe: do Rio Formoso, incluindo seus afluentes no baixo curso, e dos rios Ilhetas e Mamucabas.
PRESERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE	548	1,2	Está representada pela Reserva Biológica de Saltinho, sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Proteção à Biodiversidade, conforme Decreto Federal Nº 88.744/1983.

Tabela 07: Zonas definidas pela APA de Guadalupe

Fonte: Geosistemas Engenharia e Planejamento, 2011.

A inserção da praia dos Carneiros em uma Zona Hoteleira acarretou em questões conflitantes, devido à falta de planejamento e gestão efetivos que estabelecessem limites ambientais aceitáveis para o uso turístico. Uma vez que a praia está inserida em uma área de conservação ambiental, no âmbito federal e estadual, é imprescindível um cuidado redobrado frente à proposta de utilização da área como Zona Hoteleira, podendo ser considerada uma verticalidade na produção do espaço de Carneiros, posto que traz elementos e recursos exógenos ao lugar e que visam atender às demandas turísticas nacionais e internacionais. Sendo assim, existe uma grande preocupação quanto à conservação das suas características ambientais e paisagísticas em virtude da vulnerabilidade de seus ecossistemas, visto que se trata de zona costeira, sendo de suma importância a regulamentação e o controle do seu perfil de ocupação.

Ao longo dos anos é possível perceber a gradativa transformação dessa paisagem litorânea, com a substituição da exploração comercial do coqueiral para o estabelecimento da atividade turística, devido principalmente a maior lucratividade gerada pelos estabelecimentos de hospedagem. A década de 1990 marcou a fase mais intensa desse consumo e produção do espaço pelo turismo, tanto na Praia de Carneiros, como em todo o município de Tamandaré, apoiado no processo de liberalização econômica em que o país vivia. A partir daí começaram a aparecer as primeiras estruturas de acomodação de pequeno porte na área, que ao longo do tempo começaram a concorrer espacialmente com equipamentos turísticos de grande porte e conseqüentemente, maior impacto ambiental e social.

O turismo, como se sabe, é o elemento principal na dinâmica social e financeira das localidades que escolhe para se apropriar, sendo a ocupação imobiliária uma consequência inerente a ele e, para que essa ocupação seja feita de maneira consciente, a Zona de Veraneio, Turismo e Lazer estabelece parâmetros que buscam promovê-la de maneira ordenada aliando-a com a conservação ambiental da área, buscando incentivar atividades turísticas que se adéquem aos princípios de

sustentabilidade e, dessa forma, garantir a manutenção e valorização da paisagem natural existente e também do seu patrimônio histórico e cultural.

O zoneamento incentiva:

- Recuperação e preservação de áreas de restinga;
- Criação de áreas verdes para uso público;
- Apoio na elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores municipais visando melhorias quanto ao uso e ocupação do solo;
- Valorização das práticas de turismo sustentável com certificação ambiental para hotéis e pousadas;
- Coleta seletiva e destinação do lixo para projetos de reciclagem e compostagem;
- Valorização, conservação e utilização sustentável do patrimônio histórico e cultural (Forte Santo Inácio de Loyola, Igrejas de São Pedro, São José de Botas e São Benedito);
- Capacitação da comunidade local para a prática do turismo ecológico.

O zoneamento proíbe:

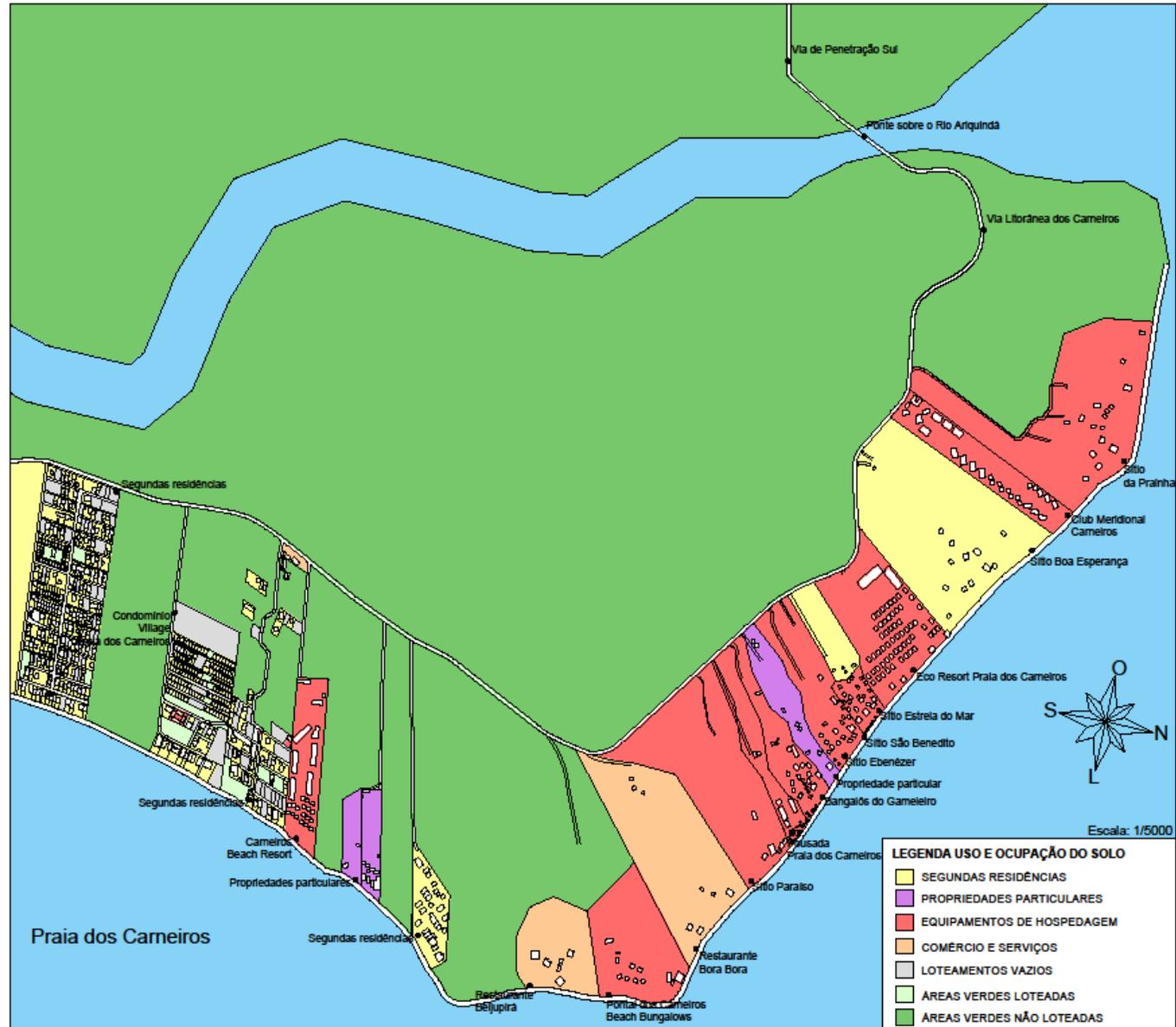
- Edificações ou qualquer forma de ocupação que impeçam ou dificultem o acesso à praia pelo público, devendo o mesmo estar garantindo a cada 250m;
- Aterro de maceiós e/ou manguezais;
- Danos ou supressão de áreas de mangues, restinga e floresta ombrófila, exceto em casos previstos por lei;
- Lixões, aterros e/ou depósitos de lixo em locais inadequados;
- Despejo de resíduos nos cursos d'água sem tratamento;
- Exploração comercial de areia, argila e/ou material rochoso;
- Construções ou equipamentos fixos na faixa da praia com menos de 33m de distância a partir da linha máxima de preamar;
- Circulação de veículos na faixa de areia, com exceção dos de serviço público.

A partir desse zoneamento, três subzonas foram estabelecidas: a Reserva Natural de Restinga de Tamandaré, os Terraços Marinhos de Gamela e Guadalupe e a Praia dos Carneiros.

A subzona da Praia dos carneiros defende a conservação e valorização da paisagem litorânea e busca garantir o acesso à praia aliando-o à prestação de serviços públicos de limpeza e segurança, além de informações ambientais. Além disso, essa subzona também estabelece parâmetros que buscam controlar ainda mais essa ocupação do território desordenada. São eles:

- Taxa de ocupação superior a 0,3, com impermeabilização do lote superior a 35%, além do gabarito de construção superior a 3 pavimentos ou 12m;
- Corte de árvores de coqueiros sem uma Declaração de Corte e reposição por igual da quantidade de árvores retiradas;
- Edificações de qualquer natureza, mesmo as de caráter temporário, na faixa de 50m medidos a partir da linha de preamar máxima.

Sendo assim, por estar inserida na Zona de Turismo, Veraneio e Lazer da APA de Guadalupe, e na subzona da Praia dos Carneiros, qualquer tipo de equipamento que se fixar na praia de Carneiros deve-se fazer valer desses parâmetros estabelecidos, especialmente os pontos levantados como proibitivos, que servirão para garantir a saúde ambiental do local.



Mapa 02: Uso e Ocupação do Solo, por loteamento, da Praia dos Carneiros. Organizado por Isadora Baía, 2016.

Com base no levantamento do uso do solo realizado após visitas à área, foi possível observar que na porção mais ao norte do território, localizam-se os empreendimentos turísticos de grande porte e propriedades privadas que também oferecem serviços de hospedagem. Tais loteamentos abrangem grandes porções de terra que, em sua maioria, perpassam por toda a área existente entre a faixa de areia e a Via Litorânea de Carneiros.

Já mais ao sul, no limite com a Praia de Campas, verifica-se a existência predominante de segundas residências e pousadas de pequeno porte cujos loteamentos, em sua maioria, foram resultado dos parcelamentos de terra que aconteceram ao longo dos anos pelos antigos proprietários das fazendas de cocos ali existentes. Esses loteamentos são menores, com densidade construtiva maior, e, diferentemente dos lotes existentes na porção norte de Carneiros, que são mais permeáveis e permitem, ainda que pouco, o acesso público à praia.

Ao longo da faixa litorânea de Carneiros até as proximidades da Ponte do Rio Ariquindá encontram-se distribuídos cerca de dezessete meios de hospedagem, fora as segundas residências, que como já dito anteriormente, não entram na classificação do SBCMH.

Um dos pontos apontados pelo zoneamento determina que deva existir a cada 250m, um acesso público à faixa de areia*, todavia, ao percorrer a Via Litorânea de Carneiros pode-se contabilizar cerca de dezenove vias de acesso secundárias aos loteamentos existentes (Figura 46).

* Importante salientar que a Lei Federal nº 7661/88, no seu artigo 10 diz que: “As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica”.

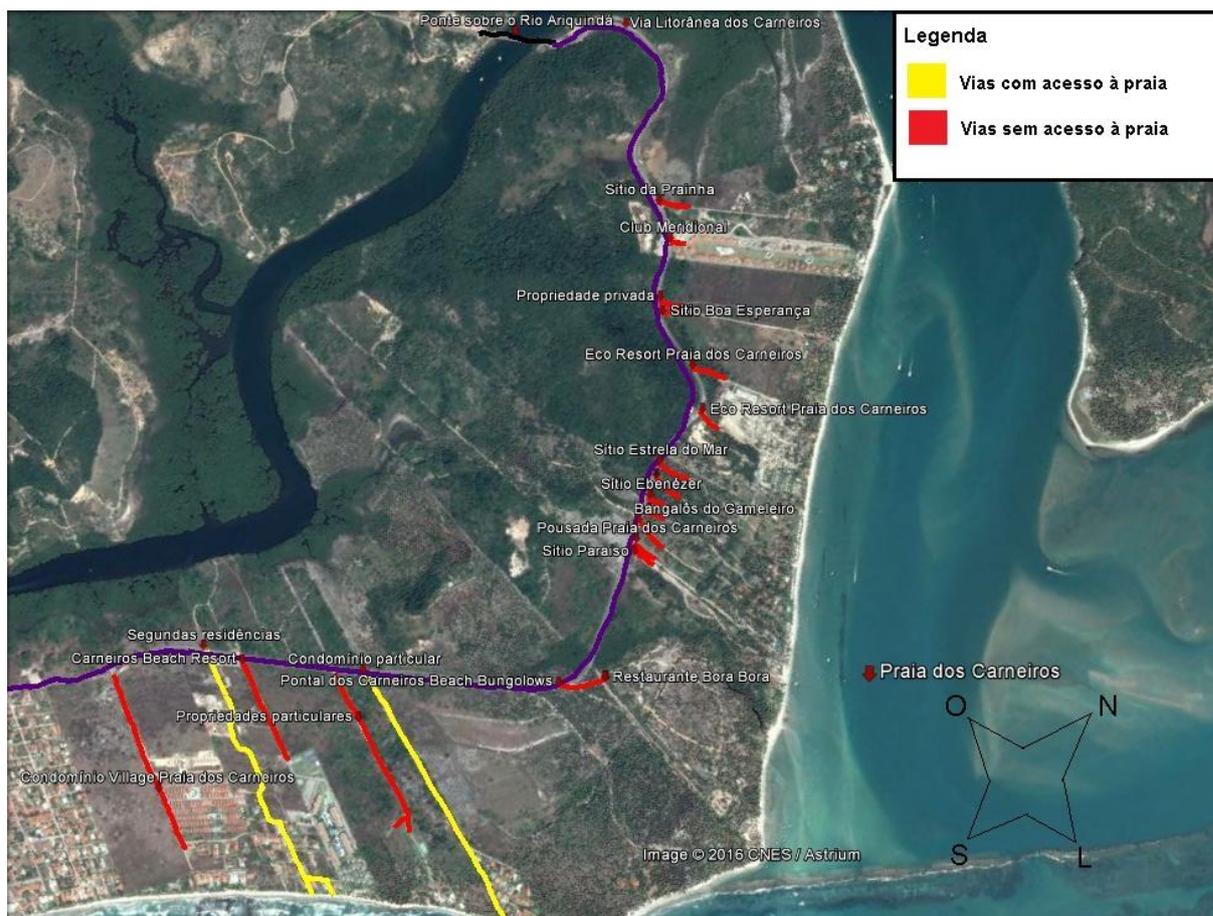


Figura 46: Demarcação das 19 vias de acesso existentes ao longo da Praia dos Carneiros. Fonte: Google Earth, 2016. Organizado por Isadora Freitas Baía, 2016.

Dentre essas dezenove entradas, apenas duas desembocam em três pequenas passagens públicas (Figuras 47, 48 e 49) que chegam à praia e que não possuem nenhum tipo de sinalização indicando que o visitante possa passar por ali, nem mesmo na via principal (a Via Litorânea), fazendo o usuário muitas vezes nem notar a presença de tais entradas, pois, por serem passagens tão estreitas, acabam se perdendo por entre as segundas residências existentes.



Figura 47: Primeiro acesso público para a Praia dos Carneiros.
Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.



Imagem 48: Segundo acesso público para a Praia dos Carneiros.
Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.



Imagem 49: Terceiro acesso público para a Praia dos Carneiros, completamente escondido pela placa de proibição.

Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

Os demais dezessete acessos estão bloqueados para entrada dos visitantes que desejem chegar até às areias da praia, fazendo-os se deparar com placas de proibição, portões de empreendimentos turísticos ou de condomínios particulares, e até em muros, resultado de uma ocupação do espaço desordenada e mal planejada (Figuras 50 e 51).



Imagens 50 e 51: Barreiras físicas no meio dos acessos existentes (à esquerda), ou simplesmente tomado pelas construções à beira-mar, nesse caso as segundas residências (à direita).

Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

Ainda no início da praia, no sentido sul, onde existe uma presença de segundas residências mais intensa do que no restante do território de Carneiros, encontra-se o Condomínio Village Praia dos Carneiros (Imagem 52 e 53), um empreendimento da Veja Incorporações Ltda., que atualmente já possui três loteamentos totalmente construídos e um quarto em fase de construção, cuja proposta traz cerca de 62 casas com aproximadamente 105m² cada.



Imagens 52 e 53: Entrada do Condomínio Village Praia dos Carneiros I (à esquerda), ao todo são três condomínios, e a entrada de uma residência particular (à esquerda) que mesmo com o portão aberto, possui placas que sinalizam a proibição de entradas não autorizadas.

Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

Outra forma de ocupação acarretada pelo advento do turismo na área são os Sítios existentes ao longo de Carneiros, que buscaram adaptar-se à essa nova realidade trazida pela atividade turística, transformando seus espaços que antes eram destinados principalmente à produção de coco, em empreendimentos imobiliários voltados à acomodação dos turistas, oferecendo assim todo o serviço necessário para atrair os visitantes.

Na parte mais ao Norte da Praia dos Carneiros, é bastante marcante a presença das grandes construtoras que chegam enquanto agentes produtores de espaço, como é o caso do terreno ocupado pelo empreendimento da CONIC (Figura 54 e 55), que atualmente encontra-se em processo de construção e que mostra o poder que esses atores detentores do capital possuem sobre o espaço. A proposta consiste em um Eco Resort formado por apartamentos, bangalôs, flats, além de toda uma infraestrutura de lazer (piscina, campo, academia, etc.), ou seja, trata-se de um ETI.



Imagens 54 e 55: Acesso principal do empreendimento em execução da Conic, o Eco Resort Praia dos Carneiros (à esquerda) e o portão de entrada para outra propriedade privada (à direita).

Fonte: Isadora Freitas Baía, 2016.

Esse tipo de ocupação mostra que, mesmo esses equipamentos estando localizados em uma área de elevado potencial paisagístico, o turista que usufrui desses equipamentos, em sua maioria, muitas vezes não desfruta dessa paisagem fora dos limites do empreendimento, criando assim uma relação muito mais fugaz com o espaço, visto que não existe um incentivo por parte desses empreendimentos que estimulem essa relação do turista com o lugar.

Tal fato reforça a ideia de que o turismo é um produtor de “espaços turísticos”, visto que, se apropria da paisagem, modifica-a e disponibiliza-a para aqueles que possuem o capital para desfrutar desses espaços, sobrepondo-se inclusive aos parâmetros definidos pelos zoneamentos. Com isso, problemas como: intensificação da especulação imobiliária; comercialização de lotes destinados à construção de empreendimentos turísticos de grande porte; penetração do capital internacional através das redes hoteleiras, são alguns dos reflexos dessa atividade no meio em que se insere.

A Praia dos Carneiros é mais um reflexo de um processo de turistificação sofrido pela maioria do litoral nordestino e mesmo com a ainda lenta ocupação do espaço por parte desses empreendimentos voltados para a atividade turística, a grande preocupação é de que a praia acabe se transformando em um destino com uma demanda turística

massificada, como é possível observar em Porto de Galinhas, por exemplo, tornando-a totalmente alheia à realidade do restante do município de Tamandaré.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o vínculo existente entre turismo e produção do espaço, a partir da análise do processo de ocupação da área litorânea do município de Tamandaré pela atividade turística e com destaque nas consequências espaciais dessa urbanização ao longo do processo evolutivo do município.

O turismo demonstra a necessidade em seu processo expansivo de bens e serviços voltados para ele, integrando-os ao seu sistema de produção e consumo de novas áreas, estejam elas já dotadas de serviços e infraestrutura urbana ou não.

Dessa forma, pôde-se afirmar o papel fundamental dessa atividade como ferramenta de desenvolvimento urbano e regional nas áreas escolhidas como destino turístico, que também traz consequências bastante nocivas ao meio ambiente, em função de sua acelerada propagação.

Diante disso, foi possível perceber em Tamandaré que apenas diante dos impactos ambientais ocasionados ao longo dos projetos de desenvolvimento turístico, como o Projeto Costa Dourada e PRODETUR/NE I e II, é que se iniciaram propostas para um planejamento pautado em ações que pudessem minimizar esses impactos (elaboração do plano diretor, lei de uso e ocupação do solo, criação das APA's, etc.). Essa atitude, embora tendo sido ocasionada apenas durante o processo de instalação dessas infraestruturas trazidas pelos programas citados e não anterior a eles, é de suma importância no processo de (re) ordenamento espacial da função turística no município de Tamandaré.

A análise da dinâmica espaço-temporal da área de estudo possibilitou compreender o papel das políticas de desenvolvimento turístico para o crescimento da atividade, demonstrando a relação existente entre a expansão dos meios de hospedagem com o período de implantação dessas ações. Outro ponto observado ao longo do trabalho, foi que o município se conformou como destino turístico de veraneio, tal fato foi traduzido pelas diferenças na ocupação do espaço existentes em Tamandaré, que faz a localidade se diferenciar dos destinos turísticos consolidados, como é o caso de

Porto de Galinhas, onde recebeu toda uma infraestrutura voltada para o turismo de hotelaria.

Tamandaré foi palco de diferentes fases até a sua consolidação como município e principalmente como destino turístico. O uso e ocupação do solo atual da região torna explícito que a organização espacial dos empreendimentos voltados ao turismo encontra-se na localização à beira-mar. Já a população local, concentra-se na porção oeste do município, numa área cuja acessibilidade é muito mais precária e de pouca visibilidade pelos turistas, principalmente após a concretização das obras do PRODETUR/ NE I e II, que retiraram de maneira significativa o fluxo turístico existente nessa parte de Tamandaré.

Sendo assim, o município é sede de contrastes sociais bem marcantes, pois, enquanto em sua orla encontra-se uma grande concentração de casas de alto padrão com toda infraestrutura necessária, sua porção periférica engloba uma ampla parcela da população que vive em condições precárias de sobrevivência. Tal circunstância reafirma a tendência de ocupação gerada com o processo de urbanização turística onde as consequências se repetem na medida em que a mesma acontece nos espaços.

O processo de turistificação e suas consequências demonstram que esse tipo de turismo é completamente inapto a proporcionar melhores condições de vida para a população desses espaços receptores de turismo. Em vez do turismo buscar proporcionar ações de desenvolvimento social e econômico para esses núcleos receptores, ele concentra suas forças em ações voltadas exclusivamente para o turista, se esquecendo do espaço do cidadão local.

Contudo, o ponto positivo ocasionado com o processo de urbanização turística em Tamandaré foi da consolidação de um posicionamento crítico da população local em relação à preservação do patrimônio ambiental e cultural da região, fazendo-os cobrar a sua participação nesse processo de produção do espaço em que habitam.

Embora o município esteja contido em diferentes programas de desenvolvimento turístico, a carência tanto na gestão desses programas como nos investimentos oriundos de iniciativa pública e privada acabam retardando os benefícios sociais e econômicos conjecturados por eles, não permitindo assim o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento fornecidas a partir da atividade turística.

Os padrões da implantação do turismo na zona costeira caminham, em sua maioria, para a fragmentação espacial e exclusão das comunidades locais, além de uma falta de cuidado e respeito com o ambiente natural, compactuando assim com a degradação ambiental dessas paisagens. A modificação dessa realidade está intrínseca ao estabelecimento de uma nova consciência ambiental, que norteie o desenvolvimento das ações humanas, inclusive da atividade turística, a partir principalmente de práticas sociais ecologicamente equilibradas, tanto no âmbito do meio ambiente propriamente dito, como das relações sociais que se desenrolam nos espaços.

O desenvolvimento do turismo deve pautar-se em princípios de sustentabilidade, sendo imprescindível, portanto, considerar práticas que potencializem os benefícios do mesmo não apenas para os agentes envolvidos, mas principalmente para lugares onde ele se instala. Para isso, é de suma importância a participação de todos os atores sociais no processo de planejamento, gestão e controle da atividade turística, pautada em ações que estimulem uma educação ambiental crítica, especialmente acerca das comunidades locais, permitindo assim um melhor aproveitamento dos benefícios da atividade turística e uma maior independência em relação ao poder público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA de Guadalupe. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/uc/586942>>. Acesso em: 19 outubro 2016.

ARAUJO, Cristina Pereira de. “Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários”. Dissertação (Doutorado em Planejamento urbano e regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. 405p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-19012012-140819/pt-br.php>>. Acesso em: 3 de agosto de 2015.

ARAUJO, Cristina Pereira de. “Empreendimentos turísticos imobiliários: paraísos privados à beira-mar”. In. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/12863623-Empreendimentos-turisticos-imobiliarios-paraisos-privados-a-beira-mar.html>>. Acesso em: 1 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007/2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf>. Acesso em: 2 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Definição do Sistema de classificação de meios de hospedagem. Disponível em: <<http://www.classificacao.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. Informações sobre o Fungetur. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/financiamentos/fungetur/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Meios de hospedagem certificados pelo Cadastur. Disponível em: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

BRASIL. Banco do Nordeste. Informações sobre o Finor. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/finor>>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

BRASIL. Banco do Nordeste. Avaliação Informações e diagnóstico sobre a primeira etapa do Programa de Desenvolvimento do Nordeste. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/prodetur/ne-i>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

BRASIL. Banco do Nordeste. Informações e diagnóstico sobre a segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Nordeste. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/prodetur/ne-ii>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

BRASIL. Agência Estadual do Meio Ambiente. Zoneamento ecológico-econômico costeiro litoral sul de Pernambuco. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/3zeec_consolidado.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2016.

BRASIL. Decreto nº 21.135, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o zoneamento ecológico-econômico e cria o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA- de Guadalupe, estabelece mecanismos de gestão ambiental e dá outras providências. Pernambuco, 1998.

BRASIL. Secretaria de Turismo do Governo do Estado de Pernambuco. Relatório da 5ª etapa Zoneamento da APA de Guadalupe. Pernambuco, 2011, 87p. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/Relatorio%20Zoneamento%20Final.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.

BRASIL. Secretaria de Turismo do Governo do Estado de Pernambuco. Área de Proteção Ambiental de Guadalupe 6ª Etapa Documento síntese. Pernambuco, 2011, 27p. Disponível em: <[http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/DOCUMENTO%20S%C3%8DNTES E%20FINAL.pdf](http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/DOCUMENTO%20S%C3%8DNTES%20FINAL.pdf)>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.

BSH Travel Research. Relatório com panorama atual do mercado de resorts no Brasil. Disponível em: <<http://www.bshinternational.com/TravelResearch>>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

CASSAB, Clarice. “Epistemologia do espaço na obra de Milton Santos: breve panorama”. Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia IGCUFMG. Belo Horizonte, vol. 5, n. 1, p. 98-108, jan.-jun. 2008. Disponível em: <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/88>>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

CLÍMACO, Fernando. “Após uma década, fica pronta a ponte que liga praias de Guadalupe e Carneiros, no Litoral Sul”. Disponível em: <<https://pedesenvolvimento.com/2012/07/20/apos-uma-decada-fica-pronta-a-ponte-que-liga-praias-de-guadalupe-e-carneiros-no-litoral-sul/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

CLÍMACO, Fernando. “Ponte de acesso à Praia dos Carneiros fica pronta em abril”. Disponível em: <<https://pedesenvolvimento.com/2012/01/30/ponte-de-acesso-a-praia-dos-carneiros-fica-pronta-em-abril/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Coord.). Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007. 140p.

EBERT, Kali Justine Komura. “Estudo de tipologias de alianças estratégicas para empreendimentos turístico-imobiliários”. Monografia (MBA Real Estate: Economia

Setorial e Mercado) – Universidade de São Paulo, 2011. 155p. Disponível em: <http://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/images/File/arquivosPDF/Mono_Kali.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.

FIRMINO, Fabiana dos Santos. “Dinâmica do turismo na Zona Costeira nordestina: questões conflitantes do desenvolvimento turístico na Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE)”. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006. 203p. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/6317/arquivo8124_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

GUIA 4RODAS Brasil 2015 Edição Especial 50 anos. São Paulo: Abril, 2015. 756p.

GUIA TAMANDARÉ. Disponível em: <<http://www.guiatamandare.com.br/carneiros.php>> Acesso em: 18 de outubro de 2016.

GUIA LOCAL. Disponível em: <<http://www.guialocalnaweb.com.br/BTMHTAA001.html#cap14>>. Acesso em: 18 de outubro de 2016.

HENZ, Aline Patrícia; LEITE, Fabiana Calçada de Lamare, ANJOS, Francisco Antonio dos. “Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década 60”. In. Anais do VI Seminário de Pesquisa do Turismo do Mercosul – saberes e fazeres no turismo: interfaces. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplSeminTur2010/eventos/seminario_de_pesquisa_semintur/anais/gt04/arquivos/04/Refletindo%20as%20Políticas%20Publicas%20para%20Turismo%20uma%20retrospectiva.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sinopse preliminar do Censo 2000. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sinopse preliminar do Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

LIMA, Clarisse Vasconcelos Fraga de Melo. “Urbanização turística no litoral Sul de Pernambuco: o caso do município de Tamandaré”. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Federal de Pernambuco. Recife, 2006. 158p. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/6914/arquivo6938_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

MOYA, Iara Maria da Silva; DIAS, Célia Maria Moraes. “O Plano Nacional de Turismo 2007/ 2010 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Turismo, Hospitalidade e Cidadania”. In. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina. Caxias do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt05-01.pdf>. Acesso em: 2 de outubro de 2016.

PAIVA, Ricardo Alexandre. “O turismo, a produção e o consumo do espaço”. In. II CinCci - Colóquio internacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/2_cincci/6005%20Paiva.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2016.

PROJETO RECIFES COSTEIROS. Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.recifescosteiros.org.br>>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.

PINHEIRO, Josemare Pereira dos Santos. "A Territorialização do desenvolvimento a partir do turismo: a experiência de Maragogipe/ BA". Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador, 2009. 219p. Disponível em: <http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/3/TDE-2010-05-06T074856Z-138/Publico/JOSEMARE%20PEREIRA%20DOS%20SANTOS%20PINHEIRO.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.

REVISÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO POLO COSTA DOS ARRECIFES. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6544116-Polo-costa-dos-arrecifes-pdits-plano-de-desenvolvimento-integrado-do-turismo-sustentavel.html>>. Acesso em: 6 de outubro de 2016.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006. 384p.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.

SETUR apresenta projeto do Complexo Viário de Tamandaré. Disponível em: <<http://www.turismoemfoco.com.br/noticia/7351-setur-%E2%80%93-pe-apresenta-projeto-do-complexo-viario-de-tamandare.html>>. Acesso em: 30 de outubro de 2016.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues da Costa; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. "Políticas Públicas de turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país" in X Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Rio de Janeiro: AEDB, 2013. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/36218351.pdf>>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

SOUZA, Silvana do Rocio de. et al. "O espaço do turismo: produção, apropriação e transformação do espaço social". Revista Hospitalidade. São Paulo, v. X, n. 2, p. 313

- 331, dez. 2013. Disponível em: <
<https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/viewFile/531/546>>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

TAMANDARÉ 19 anos de emancipação. Jornal Grande Litoral, Tamandaré, 28 de outubro de 2014. 87p. Disponível em: <
<http://www.gazetanossa.com.br/download/TAMANDARE19ANOSbaixa.pdf>>. Acesso em: 19 de outubro de 2016.

VARGAS, Heliana Comin; ARAUJO, Cristina Pereira de (orgs.). Arquitetura e Mercado imobiliário. São Paulo: Manole, 2014. 316p.

VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre (orgs.). Turismo, Arquitetura e Cidade. São Paulo: Manole, 2016. 524p.

VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre. “Os agentes produtores e consumidores do ‘espaço turístico’”. In. III CinCci - Colóquio internacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem. São Paulo, 2010. Disponível em: <
http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/045-ricardo-paiva.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2016.

VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre. “O lugar dos resorts no processo de “urbanização turística” da Região Metropolitana de Fortaleza”. In. IV CinCci - Colóquio internacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem. Uberlândia, 2013. Disponível em: <
http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/045-ricardo-paiva.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2016.